

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA**  
**CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO**  
**BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

**VINÍCIUS DANIEL COSTA RAFAEL**

**DESAFIOS INTRANSPONÍVEIS: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS À  
INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL (2016-2022)**

**Santana do Livramento**

**2023**

**VINÍCIUS DANIEL COSTA RAFAEL**

**DESAFIOS INTRANSPONÍVEIS: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS À  
INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL (2016-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt

**Santana do Livramento**

**2023**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais).

R136d Rafael, Vinícius Daniel Costa

DESAFIOS INTRANSPONÍVEIS: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS À INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL (2016-2022) / Vinícius Daniel Costa Rafael.

71 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) -- Universidade Federal do Pampa, RELAÇÕES INTERNACIONAIS, 2023.

"Orientação: Rafael Vitória Schmidt".

1. MERCOSUL. 2. Teoria de Mattli. 3. Obstáculos a integração. 4. Integração Regional. I. Título.

**VINÍCIUS DANIEL COSTA RAFAEL**

**DESAFIOS INTRANSPONÍVEIS: UMA ANÁLISE DOS OBSTÁCULOS À  
INTEGRAÇÃO DO MERCOSUL (2016-2022)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharelado em Relações Internacionais.

Trabalho de Conclusão de Curso defendido e aprovado em:

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. Rafael Vitória Schmidt

(Orientador)

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Letícia Britto dos Santos

(Membro da Banca)

UNIPAMPA

---

Prof. Dr. Rafael Balardim

(Membro da Banca)

UNIPAMPA

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço em primeiro lugar a Deus, por me conceder força e determinação para concluir esse trabalho e por me possibilitar cursar a faculdade de Relações Internacionais. Agradeço aos meus pais, que estiveram ao meu lado durante toda a minha jornada de aprendizado, proporcionando apoio emocional e incentivo. Agradeço ao meu orientador, Rafael Vitória Schmidt, pela orientação valiosa e apoio constante ao longo deste trabalho. Agradeço a todos os professores que contribuíram para a minha formação e a todos os colegas que compartilharam essa jornada de aprendizado comigo.

## RESUMO

Neste trabalho serão abordados, os obstáculos à integração no MERCOSUL no período de 2016 a 2022, com base na Teoria de Mattli (1999). O atual cenário caracterizado por críticas constantes à relevância do MERCOSUL e pela incerteza quanto ao seu futuro motiva esta análise. O principal objetivo é compreender e analisar os obstáculos que desafiam o sucesso do MERCOSUL como bloco de integração regional. Os objetivos específicos deste trabalho são: revisar a literatura relacionada à formação e evolução do MERCOSUL, contextualizando as mudanças no cenário internacional que afetaram o bloco; identificar e analisar os principais obstáculos econômicos e políticos que surgiram no período entre 2016 e 2022, examinando seu impacto na dinâmica do MERCOSUL; avaliar as estratégias diplomáticas adotadas pelos líderes das nações membros em relação ao MERCOSUL. O trabalho adotará uma abordagem básica e exploratória, utilizando métodos hipotético-dedutivos e procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica e documental.

**Palavras-Chave:** MERCOSUL, Teoria de Mattli, Desafios, Abordagem Diplomática, Integração Regional.

## **ABSTRACT**

In this work, the obstacles to integration within MERCOSUR from 2016 to 2022 will be addressed, based on Mattli's Theory (1999). The current scenario, characterized by constant criticism regarding MERCOSUR's relevance and uncertainty about its future, motivates this analysis. The primary objective is to comprehend and analyze the obstacles challenging MERCOSUR's success as a regional integration bloc. The specific objectives of this work are: to review the literature related to the formation and evolution of MERCOSUR, contextualizing changes in the international scenario that affected the bloc; to identify and analyze the main economic and political obstacles that emerged between 2016 and 2022, examining their impact on MERCOSUR's dynamics; to evaluate the diplomatic strategies adopted by the leaders of member nations regarding MERCOSUR. The work will adopt a basic and exploratory approach, utilizing hypothetical-deductive methods and technical procedures of bibliographical and documentary research.

**Keywords:** MERCOSUR, Mattli's Theory, Challenges, Diplomatic Approach, Regional Integration

## LISTA DE SIGLAS

ALADI - Associação Latino-Americana de Integração

ALALC - Associação Latino-Americana de Livre Comercio

ALBA - Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América/Tratado de Comércio dos Povos

CCM - Comissão de Comércio do MERCOSUL

CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina

CMC - Conselho do Mercado Comum

CPC - Comissão Parlamentar Conjunta

CV - Comando Vermelho

EFTA - Associação Europeia de Livre Comércio

EPP - Exército do Povo Paraguuaio

FCES- Foro Consultivo Econômico-Social

FOCEM - Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL

GMC- Grupo Mercado Comum

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INDEC - Instituto Nacional de Estadística y Censos - INDEC Argentina

MERCOSUL - Mercado Comum do Sul

ONU - Organizações das Nações Unidas

PARLASUL - Parlamento do MERCOSUL

PCC - Primeiro Comando da Capital

PIB - Produto Interno Bruto

PICE - Programa de Integração e Cooperação Econômica

SAM - Secretaria Administrativa do MERCOSUL

TPR - Tribunal Permanente de Revisão



## SUMÁRIO

1.INTRODUÇÃO.....	9
2.EMBASAMENTO TEORICO .....	12
3.A FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MERCOSUL.....	17
4.A ABORDAGEM DIPLOMÁTICA DOS MEMBROS FUNDADORES DO MERCOSUL PARA O BLOCO DE 2016 A 2022 .....	30
5.DESAFIOS ESTRUTURAIS DOS MEMBROS DO MERCOSUL DE 2016 A 2022 ...	46
6.CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
REFERÊNCIAS .....	59

## 1. INTRODUÇÃO

O MERCOSUL é um dos maiores e mais influentes blocos econômicos da América do Sul, composto atualmente pela Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai e a Venezuela, que se encontra temporariamente suspensa. Essa aliança comercial representa um exemplo notável de cooperação regional e tem evoluído significativamente ao longo das décadas, exercendo um impacto profundo nas economias de seus países-membros. Sendo um bloco que incide diretamente na vida de todos os habitantes dos países envolvidos, o MERCOSUL desperta um contínuo interesse no meio acadêmico.

Nas últimas décadas, e especialmente durante o período de 2016 a 2022, que é o foco deste estudo, observou-se uma série de mudanças políticas e econômicas, juntamente com transformações no cenário internacional que afetaram os países membros do MERCOSUL. Essas mudanças refletiram nas abordagens diplomáticas dos líderes dessas nações em relação ao MERCOSUL. Alguns líderes buscaram realizar alterações estruturais no bloco, de acordo com suas visões pessoais sobre como isso beneficiaria seus próprios países como será visto no decorrer do trabalho. Além disso, esse período recente foi marcado pela pandemia de COVID-19, um evento *sui generis* que teve impactos profundos nas economias e sociedades de quase todos os países ao redor do mundo.

Sabendo disso, a análise deste período se torna de fundamental importância para o entendimento dos obstáculos à integração do MERCOSUL. Compreender essas barreiras é essencial para uma visão mais abrangente dos desafios enfrentados por uma iniciativa de integração regional, como o MERCOSUL. Esse entendimento contribui significativamente para o aprofundamento do conhecimento teórico sobre integração e cooperação regional, abrangendo diversas áreas do conhecimento, incluindo as Relações Internacionais. Além disso, o estudo dos obstáculos pode fornecer informações cruciais para os tomadores de decisão, capacitando-os a fazer escolhas informadas e a promover a integração regional de maneira mais eficaz.

Este trabalho delimita-se a investigar os obstáculos econômicos e políticos que afetam a integração do MERCOSUL, com foco nos países fundadores, durante o período de 2016 a 2022. A análise estará direcionada para as barreiras específicas que surgiram nesse intervalo, abrangendo desafios econômicos, divergências políticas e outros fatores que impactaram na coesão do bloco regional. A escolha de se restringir aos membros fundadores do MERCOSUL foi motivada pela necessidade de evitar que a pesquisa se torne excessivamente abrangente e complexa.

Além disso, entre os membros fundadores, a pesquisa dará mais destaque aos países com uma base de dados mais rica, como Argentina e Brasil. No que diz respeito ao Paraguai e ao Uruguai, serão abordados de maneira mais limitada devido à disponibilidade de recursos escassos, falta de fontes nacionais e internacionais e a falta de material bibliográfico e documental sobre estes países. Quanto ao período escolhido de 2016 a 2022, foi selecionado por ser um período marcado por mudanças políticas e econômicas significativas em vários países da América do Sul e ao redor do mundo. Essas mudanças podem ter tido um impacto direto nas dinâmicas do MERCOSUL.

Diante disso, considerando os elementos mencionados anteriormente, a pesquisa busca responder à seguinte indagação: Quais foram os obstáculos econômicos e políticos de maior relevância que influenciaram a integração do MERCOSUL, com enfoque nos países fundadores, no período entre 2016 e 2022, e de que forma esses desafios afetaram a coesão e o desempenho do bloco regional? Nesse contexto, trabalharemos com a hipótese de que os principais desafios para a integração completa do MERCOSUL estão relacionados à significativa disparidade entre as economias de seus países-membros e à relutância do Brasil em liderar uma integração mais profunda, potencialmente relegando o MERCOSUL a um papel secundário.

Sendo assim, com o intuito de responder a essa questão, a pesquisa tem como objetivo geral fornecer uma análise dos obstáculos econômicos e políticos que afetaram a integração do MERCOSUL, com foco nos países fundadores, durante o período de 2016 a 2022. Para alcançar tal objetivo, a pesquisa se limitará a abordar os seguintes três objetivos específicos. Estes consistem em realizar uma revisão abrangente da literatura relacionada à formação e evolução do MERCOSUL, bem como aos principais eventos políticos e econômicos que ocorreram na região entre 2016 e 2022; identificar, analisar e avaliar os principais obstáculos, tanto econômicos quanto políticos, que surgiram durante o período em questão; e avaliar as estratégias diplomáticas adotadas pelos líderes dessas nações em relação ao MERCOSUL e como essas estratégias afetaram a dinâmica do bloco.

Neste trabalho, a pesquisa segue uma abordagem básica e exploratória, de acordo com a definição de Gil (2002). A natureza básica da pesquisa visa a uma compreensão mais profunda do tema, enquanto a abordagem exploratória tem o propósito de tornar o assunto mais familiar e explícito, bem como de aprimorar ideias e descobertas. Além disso, a metodologia adotada é o método hipotético-dedutivo, conforme sugerido por Marconi e Lakatos (2003). Esse método começa com um questionamento, seguido da formulação de uma hipótese. Posteriormente, ocorre a coleta de dados que serão analisados para tirar conclusões e verificar a validade da

hipótese. Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa envolve métodos bibliográficos, com a utilização de livros e artigos acadêmicos relacionados ao tema, além de métodos documentais que incluem a análise de dados provenientes de jornais, entrevistas e informações estatísticas relevantes.

Considerando os objetivos desta pesquisa, o embasamento teórico a ser adotado baseia-se na Teoria de Mattli, que concentra seu enfoque no estudo das associações voluntárias entre Estados. Essa teoria busca responder a dois questionamentos fundamentais: o primeiro indaga por que muitas iniciativas de integração regional falham ao longo do tempo, enquanto outras alcançam êxito. Nesse contexto, a Teoria de Mattli oferece uma explicação dos elementos essenciais para o sucesso de uma integração regional. Quanto ao segundo questionamento, essa teoria visa compreender por que um país opta por ingressar em uma integração regional já estabelecida ou, ainda, por que tenta criar uma iniciativa de integração regional.

Visto os elementos dessa teoria, que serão explicados em um capítulo à parte, é relevante destacar que este trabalho se concentrará em utilizar os princípios necessários para o êxito de uma integração regional. Esses princípios foram delineados quando a Teoria de Mattli buscou responder à primeira questão mencionada, fornecendo um alicerce sólido para a análise das iniciativas de integração do MERCOSUL.

Ademais, é importante destacar que a pesquisa será estruturada em seis capítulos. O primeiro capítulo apresenta a introdução, a qual demonstra o tema que será abordado neste trabalho, além da metodologia, objetivos, delimitações do trabalho e hipótese. O segundo capítulo abordará o embasamento teórico, que servirá como base para a análise dos dados e informações coletados ao longo deste estudo. No terceiro capítulo, será apresentada a formação e evolução do MERCOSUL, com o propósito de compreender sua trajetória ao longo das décadas. O quarto capítulo se concentrará na abordagem diplomática dos membros fundadores do MERCOSUL durante o período de 2016 a 2022, analisando as mudanças políticas ocorridas nesses países em relação ao bloco. O quinto capítulo explorará os desafios estruturais enfrentados pelos membros do MERCOSUL no mesmo período, oferecendo uma visão detalhada dos obstáculos à integração do bloco. E, por fim, o capítulo sexto, serão tratadas as considerações finais, que demonstram o resultado do trabalho. Essa estruturação facilitará a análise abrangente da pesquisa e permitirá uma compreensão mais profunda do tema em questão.

## 2. EMBASAMENTO TEORICO

Neste capítulo, será abordado o embasamento teórico que o presente trabalho utilizará para realizar a análise sobre os obstáculos à integração do MERCOSUL. Inicialmente, fala-se um pouco sobre o criador da Teoria de Mattli, que desenvolveu e publicou esta teoria em seu livro "The Logic of Regional Integration" (MATTLI, 1999). Posteriormente, aborda-se os elementos da teoria em si, que se trata de um modelo teórico que explica a formação e o funcionamento de organizações internacionais.

Sendo assim, como já mencionado, a Teoria de Mattli foi desenvolvida por Walter Mattli, professor de Economia Política Internacional no Departamento de Política e Relações Internacionais da Universidade de Oxford, Inglaterra. Recebeu seu diploma de graduação da Universidade de Genebra e seu doutorado da Universidade de Chicago. Foi "fellow", ou seja, membro de um alto escalão de professores, na European University Institute, em Florença, no Centre for International Studies da Princeton University, entre muitas outras universidades e centros de estudo (THE AMERICAN ACADEMY IN BERLIN, c2022).

Em 1995, recebeu o Prêmio Helen Dwight Reid da American Political Science Association. Em 2003, recebeu o Prêmio Internacional JP Morgan em Política Financeira e Economia da Academia Americana de Berlim. Escreveu vários livros, como "The Politics of Global Regulation" (2009), "The New Global Rulers: the Privatization of Regulation in the World Economy" (2011), entre outros, como The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond (1999), que é tratado nesse trabalho (THE AMERICAN ACADEMY IN BERLIN, c2022).

Em seu livro, The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond, publicado em 1999, Walter Mattli se utiliza de ferramentas da política econômica, ressaltando a importância das forças de mercado e dos fatores institucionais, na determinação do resultado de uma integração regional. O livro The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond é dividido em seis capítulos, sendo o primeiro, a introdução, o segundo, uma revisão sobre teorias de integração, o terceiro, explica a integração regional, o quarto, fala sobre a integração na Europa, o quinto, fala sobre a integração fora da Europa, e finalmente o sexto, que conclui seu livro e sua teoria (THE AMERICAN ACADEMY IN BERLIN, c2022).

A Teoria de Mattli, redigida no livro The Logic of Regional Integration: Europe and Beyond, tem como foco o estudo da vinculação voluntária de Estados no campo do domínio econômico. Na medida em que dois ou mais Estados, outrora independentes, renunciam a sua autoridade sobre áreas-chaves da regulamentação de suas políticas domésticas, em favor do

deslocamento desse poder de Estado para um nível supranacional (MATTLI, 1999).

Como resultado, em seu livro, o professor Walter Mattli aborda duas questões. A primeira questão busca tratar do porquê de muitas tentativas de integração regional terem falhado ao longo do tempo, enquanto outras obtiveram sucesso. Nesta questão, Walter Mattli busca identificar as condições e processos em que uma integração regional obtém sucesso ou não. A segunda questão busca uma explicação do porquê que um Estado busca inserir-se em uma integração regional já estabelecida ou busca criar sua própria integração regional (MATTLI, 1999).

Em seu estudo, como resposta da primeira questão, uma vez analisado os mais variados processos de integração regional ao longo do Mundo e da história, Walter Mattli encontra duas condições em particular que precisam ser satisfeitas para que uma integração regional possa ter sucesso. Estes processos podem ser denominados basicamente como “*demand-side*” e “*supply-side*”, ou em tradução livre, condições de “demanda” e “oferta” (MATTLI, 1999).

A primeira condição, a de demanda, se refere ao potencial de ganhos econômicos do mercado de determinada região. Quando há um alto potencial, há uma grande demanda, fazendo com que surja o interesse em uma integração regional, contudo, se há pouco potencial de ganho, ou se as economias locais não têm complementaridade, ou se o mercado regional não é grande, o processo de integração resulta em baixa demanda, de modo que a possibilidade de integração é descartada (MATTLI, 1999).

Todavia, na medida que ocorre o avanço e difusão da tecnologia, o potencial de ganhos econômicos pode aumentar, visto que as novas tecnologias facilitam as comunicações e reduzem as distâncias, aumentando assim o tamanho dos mercados. Por outro lado, esse mesmo avanço e difusão, da tecnologia aumenta os custos de troca, que o mercado “cobrará” para que os *players* do mercado possam negociar dentro de um mercado regional (MATTLI, 1999).

Estes custos se relacionam as transações internacionais e riscos do mercado, a exemplo de risco, a agitação civil em um país, má gestão econômica, mudança de cambio, aumento inesperado de preços, mudanças tarifárias, restrições cambiais, cotas de exportação, desapropriação de bens, empresas e investimentos por parte de um Estado contra um *player* do mercado, entre muitos outros riscos e custos (MATTLI, 1999).

Desta forma, estes *players* acabarão por instigar os políticos ou tomadores de decisões, em virtude de um esforço político que almeje uma integração regional. Já que esta, acarretaria em uma diminuição dos custos de troca, a qual os *players* de mercado são expostos. Em suma um esforço direcionado na criação de estruturas institucionais que propiciem os possíveis ganhos com o mercado regional, ou seja, a demanda por regulamentos regionais, regulamentos

e políticas por parte dos *players* do mercado, são uma força motriz crítica para uma integração regional (MATTLI, 1999).

Quanto a segunda condição, a de oferta, se refere à disposição e capacidade que os políticos ou tomadores de decisões tem, para acondicionar a demanda por instituições regionais, em cada etapa que uma integração regional exigir. Walter Mattli, exemplifica que essa disposição pode ser incrementada pela possível manutenção e aumento de poder, que os políticos ou tomadores de decisões teriam com o melhoramento das condições econômicas de seu país (MATTLI, 1999).

Como resultado, líderes que valorizam a autonomia e poder político, dificilmente estarão condicionados a promover uma integração regional para atender a demanda, principalmente se a economia de seu país estiver bem. De forma que para Walter Mattli, quando um líder político é bem-sucedido economicamente, se torna improvável a busca por aprofundar o seu Estado em uma integração regional (MATTLI, 1999).

Por outro lado, em tempos de dificuldade econômica, no intuito de garantir a sua sobrevivência e manutenção no poder, os líderes políticos se tornam mais propensos a integração regional. Em suma, países que estão economicamente bem não buscam aprofundar a integração regional, ao contrário daqueles países que estão passando por dificuldades econômicas (MATTLI, 1999).

Contudo, mesmo que os políticos ou tomadores de decisões estejam dispostos a integração regional, estes acabam por esbarrar em alguns dilemas. Walter Mattli, em seu livro, destaca um dilema em específico, de extrema importância para uma integração regional, este é o “dilema da coordenação”, onde um Estado não sabe como atuar em relação a outro. Ou seja, como um Estado não sabe o que o outro vai fazer, este por sua vez não consegue adotar a política mais eficiente para que ambos consigam adaptar/harmonizar suas políticas econômicas, de segurança etc. Em suma, não há a redução de custos e aumento de ganhos que uma integração regional almeja (MATTLI, 1999).

Apesar disso, o dilema da coordenação pode ser resolvido através da figura de um país que tome a posição de “líder benevolente”. O país que toma a posição de líder benevolente, deve se tratar de um país que tenha interesse na integração regional, e que se torne o ponto focal da integração regional, no que se refere a coordenação de regras, regulamentações. Logo que, a adaptação dos outros Estados as políticas do líder benevolente, é uma forma mais eficiente no sentido econômico, já que essa adaptação acaba sendo menos custosa (MATTLI, 1999).

Porém, Walter Mattli afirma que uma liderança contestada, pode acabar por dificultar a resolução de conflitos referentes ao dilema da coordenação. Desta forma, o líder benevolente

deve possuir uma liderança inquestionável, sendo esse um fator de extrema importância em uma integração regional. Ademais, vale mencionar uma importante responsabilidade referente ao líder benevolente, que se trata da diminuição de tensões devido a distribuição desigual de ganhos, visto que a não equidade de distribuição dos ganhos da cooperação entre os países pode acarretar descontentamento dos Estados integrantes da integração regional (MATTLI, 1999).

Por fim, ainda no que se refere as condições de oferta, no livro é levantado a imagem das instituições de compromisso, as quais melhoram as regras de cooperação, contudo. Para Walter Mattli, instituições de compromisso, são uma condição subsidiária para o sucesso de uma integração regional, já que a cooperação dos Estados pode dar-se por meio da repetição de jogos e da confiança entre os Estados (MATTLI, 1999).

Desta forma, Walter Mattli chega à conclusão de que para que as chances de sucesso de uma integração regional sejam altas, é necessário que os processos de integração regional tenham ambas as condições, as de demanda e de oferta supridas. Ou seja, regiões com grande pressão por integração, por parte do mercado, e com a existência de um país que seja o líder benevolente de liderança inquestionável. Contudo, regiões que não comportam essas condições, possuem baixíssimas chances de sucesso (MATTLI, 1999).

Mais adiante, em seu livro, Walter Mattli adentra na segunda questão, sobre o porquê de um Estado busca inserir-se em uma integração regional já estabelecida, ou busca criar sua própria integração regional. Em seus estudos, se analisa que a segunda questão está diretamente relacionada a primeira questão. Pois, um projeto de integração regional gera efeitos não apenas nas economias dos Estados que se integraram, mas também naqueles Estados que estão de fora desta integração (MATTLI, 1999).

Por conseguinte, quando um Estado se depara com uma integração regional, este pode optar por também se integrar a esta integração econômica. No intuito de melhorar a performance econômica de seu país, e muito mais importante que esse fator, é o incremento das chances de manutenção ou aumento do poder dos políticos ou tomadores de decisão. A qual a integração traria (MATTLI, 1999).

Contudo, quando o grupo de países que compõem uma determinada integração regional, não veem possíveis ganhos com a adesão de novos membros, o Estado que tem o interesse de adentrar nesta integração, pode acabar não sendo aceito. Outro ponto, é que o custo para um Estado aderir determinada integração regional pode ser demasiadamente alta. De modo que como resultado de ambos os casos, os Estados podem procurar criar, sua própria integração regional. Quanto a essa nova integração, que é uma resposta a primeira, esta deve atender as condições da primeira condição (cumprir as condições de demanda e oferta) (MATTLI, 1999).



Desse modo, conclui-se sobre a Teoria de Mattli, sobre a integração regional, que em virtude de diminuir os custos, que um mercado regional impõe aos *players* de mercados, estes por sua vez pressionam os políticos ou tomadores de decisões de seu Estado, em virtude de iniciar uma integração regional, gerando assim a condição de demanda.

Os políticos e tomadores de decisão por sua vez, podem estar aptos ou não a atender esta demanda, ou seja, de cumprir com as condições de oferta. A depender dos ganhos que estes podem ter com a integração regional, ganhos estes que se referem a manutenção ou aumento de seu poder nos Estados, algo que pode ser mais fácil de ocorrer, se seus Estados estão sendo economicamente malsucedidos. Contudo, se bem-sucedidos, um aprofundamento de uma integração se torna mais difícil.

De qualquer forma, mesmo que os políticos e tomadores de decisões queiram iniciar uma integração regional, estes podem sofrer por conta do dilema de coordenação, o qual pode ser sanado por um país que arque com as responsabilidades de liderança, e que consiga direcionar a integração regional ao sucesso, sendo assim, este país que arca com a responsabilidade de liderança, também deve possuir uma liderança inquestionável, para que não ocorra problemas relativas à resolução de problemas.

Desta forma, iniciada o processo de integração regional, que tem o intuito de diminuir os custos das externalidades que os *players* do mercado sofrem. Resulta então em impactos que atingem Estados que não fazem parte deste processo. Sendo assim, estes Estados buscam por ingressarem, se aceitos. Se não aceitos, buscarão desenvolver sua própria integração regional, a qual deve cumprir com as condições de demanda, oferta, de líder benevolente e inquestionável. Para que então essa nova integração obtenha sucesso.

Ao encerrar este capítulo dedicado ao embasamento teórico, foi estabelecido os fundamentos que nortearão a análise dos obstáculos econômicos e políticos à integração do MERCOSUL. A Teoria de Mattli, concebida por Walter Mattli, emerge como uma ferramenta crucial, destacando-se pela abordagem econômica e institucional na compreensão da formação e operação de organizações internacionais. Desta forma, à medida que se avança para o próximo capítulo, o trabalho voltar-se-á para a análise da formação do MERCOSUL. Onde se pretende conectar os insights teóricos apresentados anteriormente com a prática concreta da integração regional na América do Sul, preparando terreno para a aplicação efetiva da Teoria de Mattli no capítulo final.

### 3. A FORMAÇÃO E EVOLUÇÃO DO MERCOSUL

Neste capítulo, abordasse-a a formação e evolução de um dos blocos econômicos mais significativos da região da América Latina, o MERCOSUL. Este bloco foi composto inicialmente por Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, surgindo como uma resposta à necessidade de fortalecer as economias latino-americanas e melhorar sua posição no cenário internacional. Sendo assim, inicialmente falar-se-á sobre os conceitos de globalização e regionalização. Seguidamente, será abordado sobre a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL) e o Pensamento Cepalino. Posteriormente, se discutira sobre a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI). Por fim, explorar-se-á o MERCOSUL em si.

Desta forma, sabe-se que as raízes do MERCOSUL surgem muitos anos antes da assinatura do Tratado de Assunção de 1991, o qual estabeleceu as Bases da Criação do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL), e que fora assinado pelos Estados da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai. De fato, as raízes dessa integração regional começam a se formar no período pós Segunda Guerra Mundial, em resposta às mudanças no cenário internacional. Principalmente devido aos fenômenos da globalização e da regionalização (SEITENFUS, 1992).

Em consequência do exposto, previamente ao estudo da formação e evolução do MERCOSUL, faz-se necessário proceder com uma explicação sobre o fenômeno da globalização e da regionalização. Sendo assim, para Seitenfus (1992, p.118) o fenômeno da Globalização trata-se da:

Homogeneização dos métodos produtivos, dos gostos dos consumidores, fusões e incorporações de empresas, papel progressivamente menos relevante do Estado na circulação de capitais, independência das empresas em relação a mercados nacionais, comércio internacional movimentando mais de um trilhão de dólares anualmente constituindo importante mola do desenvolvimento, modernização dos meios de comunicação e de transportes, desregulamentação das atividades de produção e os progressos tecnológicos são alguns elementos a fazerem com que se internacionalizem os processos econômicos (SEITENFUS, 1992, p.118).

Em outras palavras, a globalização se refere ao processo de convergência cultural, econômica e tecnológica a qual interliga os povos, nações e países do mundo, promovendo a modernização, desregulamentação e diminuição do papel do Estado na circulação de capitais. Quanto ao fenômeno da regionalização, para Seitenfus (1992, p.118) se trata do:

[...] entendimento regional. Cimentado pela vontade comum de superar rivalidades do passado, baseado em contigüidade geográfica e pressupostos ideológicos com valores

políticos e morais compartilhados, ele inicia-se por um processo de aproximação pontual, geralmente de caráter comercial. Algumas ou todas essas premissas estão presentes nos processos de integração que se desenvolvem atualmente (SEITENFUS, 1992, p.118).

Em outras palavras, a regionalização se trata de uma aproximação entre países com valores e moral compartilhados, os quais se iniciam com um caráter comercial, podendo iniciar um processo de integração regional como o MERCOSUL, o qual seria fruto desta conjuntura. Esse processo teve suas raízes no ano de 1948, quando é criada uma comissão dentro das Organizações das Nações Unidas (ONU), a qual foi titulada como Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que posteriormente em 1984 seria renomeada como Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. Este órgão foi fundado com o intuito de auxiliar o desenvolvimento econômico na América Latina e posteriormente também o Caribe, no intuito de reforçar as relações comerciais entre os países da região (CEPAL, c2022).

Neste contexto, dentro dos esforços da CEPAL para auxiliar as economias da América Latina, surge o Pensamento Cepalino, o qual entendia que para que as economias da região latino-americana se desenvolvessem, havia a necessidade de uma integração econômica regional. Dessa forma, a CEPAL defendia o estabelecimento de um mercado comum na região, o qual promoveria o desenvolvimento dos países da região latino-americana, e defenderia estes países das vulnerabilidades econômicas que estas economias vivenciavam no cenário econômico internacional (CEPAL, 1994a).

O Pensamento Cepalino via o mercado comum como o resultado de uma política dinâmica, que tinha como objetivo base, a promoção da livre circulação de bens, serviços, pessoas e capitais, sem travas de qualquer natureza. Contudo de forma dinâmica e flexível, ou seja, a redução das tarifas alfandegárias dos países da região, não deveria ocorrer de forma uniforme, mas sim levando em conta a capacidade que cada país da região tem para tal. Visto que o mercado comum deve dar oportunidades iguais de aceleração econômica para todos os países da região (CEPAL, 1994a).

Para tal, o Pensamento Cepalino fundamenta o crescimento econômico estável das nações latino-americanas sob a égide de uma política de substituição de importações mais eficiente, onde os países passariam a produzir eles mesmos os produtos que estes importavam de fora da região, para seu consumo. Além disso, essa substituição de importações não deveria ser algo individual de cada país, mas sim, um esforço compartilhado, onde cada país se especializaria em produtos nos quais estes fossem mais eficientes (CEPAL, 1994a).

Desse modo, a política de substituição de importações a nível continental, faria com que

economias menores tivessem acesso a industrialização, proporcionando ganhos de produtividade, ampliação de ganhos econômicos, aumento do comércio regional, contribuindo então com a atenuação das vulnerabilidades econômicas da latino-americanas em frente ao cenário econômico internacional, e por fim proporcionaria um crescimento estável para as economias latino-americanas (CEPAL, 1994a).

A partir do ano de 1990, a CEPAL passaria também a defender o “regionalismo aberto”, que, de acordo com a organização, pode ser definido como:

[...] o processo que surge ao serem conciliados os dois fenômenos [...]: a interdependência nascida de acordos especiais de caráter preferencial e a que é basicamente impulsionada pelos sinais do mercado, resultantes da liberalização comercial em geral. O que se busca com o regionalismo aberto é que as políticas explícitas de integração sejam compatíveis com as políticas tendentes a elevar a competitividade internacional, além de complementares a elas (CEPAL, 1994b, p.945).

Em outras palavras, “regionalismo aberto” se trata da promoção de uma integração regional, baseada em acordos de integração preferenciais (estes acordos, dão preferência aos países da integração regional), que garantam uma liberalização ampla dos mercados, em termos setoriais, sendo estes acordos reforçados pela proximidade geográfica e afinidade cultural dos países da região, a qual resulta na liberalização do comércio, e em uma maior dinamização e interdependência das economias regionais, de modo a facilitar a inserção destas na economia internacional. O que serve também como uma defesa contra o protecionismo de países mais desenvolvidos, já que nessa modalidade de regionalismo, haveria medidas protetivas contra a ação de países de fora da integração. A exemplo, se deveria eliminar qualquer barreira comercial entre os países da integração regional, em comparação com países terceiros, contudo, a entrada de novos membros deveria se manter mais flexível (CEPAL, 1994b; DATHEIN, 2007; SAPIENTIA, 2021).

Dito isso, apesar da adoção pela CEPAL, do “regionalismo aberto”, a mesma ainda continuou a sustentar os Pensamentos Cepalinos da década de 50 em diante. Como exemplo, a visão de que uma integração regional atrairia investimentos nacionais e estrangeiros; de que traria um aumento da inovação, redução de barreiras comerciais e criação de centros de excelência; traria uma incorporação de progresso técnico; impulso a especialização industrial intrarregional; favorecimento da atividade agrícola devido a expansão do comércio intrarregional e aumento da eficiência das políticas nacionais econômicas (CEPAL, 1994b).

De forma resumida, o Pensamento Cepalino, ao longo dos criou diversos elementos que compunham o seu pensamento analítico. Mais precisamente, de 1948-1960, o Pensamento

Cepalino observava a deterioração dos termos de troca, ou seja, a deterioração da capacidade de importação, visto o baixo valor dos produtos das economias da América Latina. Como resultado, a CEPAL pregava que deveria ser empregada uma política de industrialização substitutiva conduzida pelos Estados (CEPAL, 1994a).

Em 1960, com o aumento da dependência das economias da América Latina perante as economias dos países desenvolvidos e a integração regional dos mesmos. A CEPAL, passou a pregar a reforma agrária e a distribuição de renda, como meio dinamizar as economias latino-americanas, dessa forma, os Estados deveriam realizar reformas que proporcionassem o seu desenvolvimento (CEPAL, 1994a).

Em 1970, as economias da América Latina estavam com um alto grau de dependência econômica e endividamento externo, para além disso, foi um período de baixas exportações para as economias latino-americanas, as deixando mais vulneráveis ainda. Em virtude disso, a CEPAL pregava a adoção de “estilos de crescimento, estrutura produtiva e distributiva e estruturas de poder; industrialização combinando mercado interno e esforço exportador” (CEPAL, 1994a, p.19), os Estados por sua vez, deveriam viabilizar essa adoção (CEPAL, 1994a).

Em 1980, as economias da América Latina estavam sufocadas por uma crise financeira decorrente do fardo das dívidas acumuladas pelos Estados da região. A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL) recomendava que os Estados adotassem uma política de renegociação da dívida externa, com foco no "ajuste com crescimento". Isso envolvia a ênfase na promoção de um crescimento econômico sustentável, evitando choques abruptos de ajuste, considerando a importância de políticas de redistribuição de renda e, quando necessário, recorrendo a medidas de estabilização econômica. A CEPAL também sublinhava a necessidade de levar em consideração o custo social do ajuste (CEPAL, 1994a).

De 1990 a 1998, os Estados da América Latina enfrentaram desafios decorrentes da ineficiência de suas exportações. Conforme sugerido pela CEPAL, a abordagem recomendada era fortalecer a transformação produtiva com o objetivo de reduzir as disparidades econômicas, frequentemente denominadas “hiatos de equidade”, ou seja, promover o crescimento econômico, unido a um maior progresso técnico (CEPAL, 1994a).

Visto isso, serão abordados algumas das tentativas de integração na América Latina, em especial a Associação Latino-Americana de Livre Comercio (ALALC) e a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI), em consequência de serem umas das primeiras tentativas de integração na região. O que torna o tema de grande valia para o posterior aprofundamento dos nossos estudos do MERCOSUL, visto que tais integrações regionais podem servir de

“aprendizado” para o MERCOSUL.

Sendo assim, em 1960, há a assinatura por parte de várias repúblicas latino-americanas do Tratado de Montevideu, neste tratado de acordo com De Castro Vieira (2015, p.33) explica que:

[...]estabelece uma estrutura básica do programa de integração econômica regional. Esse Tratado é composto de 65 artigos, agrupados em 12 capítulos, que preveem a eliminação gradual, dentro no prazo máximo de 12 anos, de todos os impostos, despesas e restrições (direitos aduaneiros, fiscais ou monetários) que possam ser aplicados à importação de bens originários de qualquer parte contratante (DE CASTRO VIEIRA, 2015, p.33).

Este tratado visava estabelecer uma zona de livre comércio e um mercado comum na América Latina. Como resultado, a partir do Tratado de Montevideu de 1960, é criada a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (ALALC). Esta tinha a função de acelerar, ampliar e coordenar as economias latino-americanas, e tinha por objetivo criar um livre mercado latino-americano. Esse objetivo seria alcançado de forma progressiva, com a promoção da complementação e integração das economias da região. Contudo, posteriormente seria admitido a criação de agrupamentos sub-regionais de integração econômica, dentro da ALALC (DATHEIN, 2007; DE CASTRO VIEIRA, 2015).

Sendo assim, com a possibilidade da criação de agrupamentos sub-regionais de integração econômica dentro da ALALC, surgiria o Grupo Andino, que tinha objetivos de integração mais ambiciosos que ALALC, a qual havia ficado estagnada no que se refere a liberalização comercial, ficando restrita a acordos de complementação regional, que acabaram resultando apenas em negociações bilaterais (DATHEIN, 2007).

Desta forma, apesar do sucesso inicial, a ALALC acabara por falhar, devido a vários motivos, a exemplo, a ALALC focava apenas na parte comercial, renegando vários outros mecanismos de integração; as divergências dos integrantes da ALALC, onde alguns países ambicionavam maior integração enquanto outros não; a promoção da redução de tarifas a países de fora da associação (países terceiros); a desigualdade econômica entre os países, onde os países maiores ficavam com os benefícios da industrialização entre outros motivos (DATHEIN, 2007).

Conseqüentemente, devido aos problemas apresentados na ALALC, os países membros desta associação optaram pela sua reestruturação, dando então origem a Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) no ano de 1980. Dentro da ALADI, os objetivos da associação dentro do Tratado de Montevideu seriam construídos com base na visão daquilo que

os Estados integrantes vissem como vantajoso para eles ao longo do tempo (DATHEIN, 2007).

Contudo, apesar da reformulação da ALALC, que por sua vez passaria a ser denominado como ALADI, com a crise econômica na América Latina nos anos 80, a integração regional e a criação de um mercado comum latino-americano se veriam mais uma vez frustradas. Apesar disso, o processo de integração latino-americano começa a se revitalizar na segunda metade dos anos 80, porém, as economias latino-americanas também estavam realizando aberturas econômicas para o resto do mundo (DATHEIN, 2007).

Dessa forma, neste período o que acabou por se fortalecer, foram os acordos sub-regionais, que dariam origem ao MERCOSUL, Dathein (2007, p.60) explica que:

A ALADI é o acordo de integração mais limitado da América Latina, possuindo um enfoque basicamente comercialista. O Tratado não incorporou muitos aspectos importantes que poderiam gerar uma maior integração, como, por exemplo, a cooperação industrial, a harmonização de políticas econômicas ou a integração funcional, em áreas específicas como educação, saúde, etc. Nada colocou sobre uma tarifa externa comum ou sobre prazos ou metas específicas e não ficou claro como seria executada a proposta multilateralização progressiva das experiências de integração parciais (DATHEIN, 2007, p.60).

Sendo assim, se observa que a ALADI fora um acordo deveras limitado devido ao seu aspecto basicamente comercial, de forma que os acordos sub-regionais acabaram se fortalecendo, já que “houve desse modo, uma prevalência absoluta do princípio da flexibilidade sobre o da convergência” (DATHEIN, 2007, p.60), o que fariam com que houvesse um aprofundamento desse processo por parte das economias mais importantes da região como Brasil e Argentina (DATHEIN, 2007).

Nesse contexto, pode-se finalmente se aprofundar sobre o MERCOSUL. Nos anos 80, durante o que é chamado de a década perdida para a América Latina, devido à profunda crise econômica e social que abalou a região. Os países latino-americanos buscaram retomar as ideias da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e de Raul Prebisch (economista argentino), os quais defendiam já nos anos 50, que as economias latino-americanas deveriam se aproximar em busca de aprimorar a utilização dos recursos materiais, financeiros e humanos de seus respectivos países, em virtude da criação de um mercado comum (SEITENFUS, 1992).

Portanto, visto esta crise econômica e social (dos anos 80), as economias brasileira e argentina iniciaram aproximações múltiplas, as quais por sua vez, mudariam a história da política no Cone Sul. Já em 1979 há a assinatura do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus, entre Argentina, Brasil e Paraguai, a qual proporcionou a resolução dos problemas referentes à

utilização de recursos hídricos na região, resultando na diminuição das hostilidades históricas entre os países envolvidos no acordo. Em suma, este acordo resultou em um ponto de inflexão na disputa geopolítica da região e nas políticas de cooperação (FAJARDO, 2004).

Após o Acordo Tripartite Itaipu-Corpus (1979), no ano de 1980, apesar da desconfiança, iniciaram-se aproximações através da troca de conhecimento na área acadêmica, relativa às questões nucleares, além de visitas informais às instalações nucleares. Este foi mais um importante passo para as relações Brasileiro-Argentinas, oriundas da assinatura do Tratado de Cooperação Nuclear (OLIVEIRA, 1998).

Neste período (anos 80), a Argentina percebeu que uma integração nuclear e econômica se faria necessária. Desta forma, fruto de uma abertura promovida por militares argentinos mais liberais, a ideia de uma cooperação na área nuclear passa a ser considerada. Essa mudança do pensamento argentino ocorreu em virtude do Acordo Tripartite Itaipu-Corpus e do alinhamento do Brasil com a Argentina em relação à Questão das Malvinas. Resultando no Tratado de Cooperação Nuclear entre Brasil e Argentina. O qual por sua vez, faria com que as tensões estratégico-militares cessassem, e a região desse um passo a mais, rumo a uma integração regional (OLIVEIRA, 1998).

Em 1985, com a redemocratização do Brasil. Os presidentes José Sarney no Brasil e Raúl Alfonsín na Argentina dariam mais um passo rumo à integração, mesmo sendo um ano que transcorreu sob as sombras de uma conjuntura econômica e diplomática adversa, os presidentes assinaram a Declaração do Iguazu, onde foram acordados entre Brasil e Argentina, a criação de um processo de coordenação sobre temas de interesse de ambas as nações. O qual perpassa pela matéria de energia, comunicação, defesa, economia, transporte, ciência, entre outras áreas (VISENTINI, 2007; BARTHELMESS, 2016).

Ainda em 1985, foi criada a Comissão Mista para Integração, que englobava setores privados e governamentais, os quais seriam regidos por chanceleres do Brasil e da Argentina. Até que em 1986, foi criado o Programa de Integração e Cooperação Econômica (PICE) entre a República Argentina e a República Federativa do Brasil, embrião do futuro MERCOSUL (BAUMANN, 2001; PRADO, 1997). Já em 1988 de acordo com Dathein (2007, p.60):

[...] Brasil e Argentina assinaram o Tratado de Integração, Cooperação e Desenvolvimento, no qual se previa, além da liberalização comercial, a elaboração de acordos específicos visando à harmonização de políticas aduaneiras, de comércio interno e externo, agrícola, industrial, de transportes e comunicações, científica e tecnológica etc, e a coordenação de políticas monetária, fiscal, cambial e de capitais, sempre de maneira gradual (DATHEIN, 2007, p.60).



Este tratado, seria então um passo a mais em vista da criação do MERCOSUL. De modo que, em 1990, Brasil e Argentina continuaram o processo de integração, onde assinaram a Ata de Buenos Aires, que estabelecia uma União Aduaneira entre ambos (BAUMANN, 2001; PRADO, 1997). De acordo com Dathein (2007, p.60-61):

Em julho de 1990, os novos governos do Brasil e da Argentina, comandados por Collor de Mello e Menem, decidiram antecipar o estabelecimento do mercado comum bilateral em cinco anos, fixando a sua entrada em vigência em 31 de dezembro de 1994. Especificou-se, também, a metodologia das reduções generalizadas, lineares e automáticas dos impostos de importação até o nível zero no final de 1994 (DATHEIN, 2007, p.60-61).

Desta forma foi tomada uma decisão importante relacionada ao estabelecimento de um mercado comum entre os dois países. Além disso, especificou-se a metodologia que seria adotada para a redução das tarifas de importação entre os dois países. Contudo, segundo Dathein (2007, p.60-61), o “processo sofreu importantes alterações de prioridades. O projeto de integração intrasetorial foi substituído pela proposta tradicional de integração intersetorial”, desta forma ao invés de o Brasil e a Argentina buscarem uma integração que visasse integrar suas economias, acabaram apenas por buscar a ampliação do comércio (DATHEIN, 2007).

Seja como for, de acordo com Seitenfus (1992), os objetivos destas aproximações, eram o de reunir forças, para inserir ambas as nações na economia internacional, a qual no momento era caracterizada pela formação de blocos regionais. Desta forma, Brasil e Argentina logo empregariam suas forças e ambições em uma integração regional que auxiliasse o crescimento de suas economias.

Ademais, ainda em relação a Ata de Buenos Aires, que criara uma União Aduaneira entre Brasil e Argentina, logo surgiria o interesse dos Estados do Uruguai e Paraguai em se unirem a esta, de forma que posteriormente, estes países assinaram o Tratado de Assunção de 1991. O qual por sua vez estabeleceria o MERCOSUL (BAUMANN, 2001; PRADO, 1997), desta forma, de acordo com Dathein, (2007, p.61):

[...]os países membros comprometiam-se a coordenar gradualmente suas políticas macroeconômicas, a implantar uma tarifa externa comum e a adotar acordos setoriais visando facilitar a utilização e mobilidade dos fatores de produção e alcançar escalas de produção eficientes. O Tratado possuía muitas metas genéricas e ambiciosas, mas, apesar disso, as medidas concretas tomadas foram basicamente de caráter comercial, consolidando as últimas tendências dos acordos entre Brasil e Argentina, e também em concordância com as prioridades das políticas internas de cada país (DATHEIN, 2007, p.61).

Desta forma, o MERCOSUL se configurou como um projeto ambicioso. Em especial

quanto ao tempo para cumpri-lo. Que ia além de uma “simples” área de livre comércio, mas que almejava a criação de um mercado comum, englobando tarifas externas comuns, livre circulação de bens, serviços e pessoas, estabelecimento de política comercial comum entre os Estados membros em relação a países de fora do bloco, além da coordenação das políticas macroeconômicas (PRADO, 1997).

O novo bloco econômico, MERCOSUL, tinha por objetivo fazer com que as economias do Brasil e Argentina, se desenvolvessem juntas. Visto que se acreditava que as Nações do Norte, não propiciavam mais tantos ganhos quanto nos anos 50 e 60. O MERCOSUL então buscava incrementar a produtividades, os processos de produção em virtude da integração dos países do bloco no sistema econômico internacional, por tanto seriam tomadas políticas de diminuição do Estado, como privatização, redução de controle tarifário entre outras medidas. No intuito de aumentar a competitividade dos países integrantes no cenário internacional (SEITENFUS, 1992).

De acordo com Baumann (2001), o MERCOSUL tinha como meta possibilitar que seus países membros compitam de maneira mais eficaz na economia global, impulsionando a produtividade das nações envolvidas e fomentando o comércio de bens e serviços com o restante do mundo para atrair investimentos. Além disso, o bloco busca coordenar a atuação de seus membros em fóruns internacionais, promover a abertura econômica entre os países do bloco e coordenar ações do setor privado dentro dessas nações.

Já de acordo com Guimarães (2019), O MERCOSUL tinha como meta alcançar os seus objetivos por meio da livre circulação de bens e serviços, eliminando barreiras alfandegárias. Além disso, estabelece uma tarifa externa comum para os países do bloco, coordenando políticas macroeconômicas em diversos setores econômicos, promovendo a harmonização de legislações entre os Estados membros e estabelecendo metas, embora nem todas tenham sido cumpridas, levando a ajustes nos prazos estabelecidos. Essas medidas visam fortalecer a integração e cooperação entre os países do MERCOSUL.

Dathein (2007, p.62-63), ainda afirma que:

Com a aproximação do fim do período de transição e a responsabilidade com o cumprimento dos prazos do Programa de Liberalização Comercial, as pressões setoriais se intensificaram em prol dos produtos nacionais sensíveis ao livre comércio. Frente a essa dificuldade e com o objetivo de facilitar a adaptação dos setores sensíveis à livre concorrência, foi estabelecido um "regime de adequação", o que permitiu que os quatro países mantivessem um número limitado de exceções por um prazo determinado. A partir de 1995, o cronograma de redução tarifária para os produtos incluídos na lista do "regime de adequação" foi cumprido nos prazos estabelecidos. Desse modo, desde 1º de janeiro de 2000 não incidem tarifas sobre todo o comércio intra-regional (com a exceção do açúcar e dos automóveis), desde que cumpram os requisitos de origem. No entanto, continuaram existindo e inclusive tornou-se mais

frequente o uso de restrições não tarifárias (DALTHEIN, 2007, p.62-63).

Desta forma, nota-se que devido às discrepâncias estruturais de cada país do MERCOSUL, foi necessário o estabelecimento de “regime de adequação”, para que os objetivos fossem alcançados. Ademais, apesar da eliminação de várias tarifas, por sua vez acabaram surgindo barreiras não tarifárias entre os países do bloco, o que demonstra os desafios e complexidades enfrentados no processo de liberalização comercial no MERCOSUL (DALTHEIN, 2007).

Todavia, algumas metas foram alcançadas, contudo, outras não, Dathein (2007, p.61-62), explica que:

O Programa de Liberação Comercial foi cumprido no que tange ao cronograma de desgravação tarifária e na redução do número de produtos nas listas nacionais de exceções. Porém, a eliminação das restrições não tarifárias, a harmonização das legislações e a coordenação das políticas macroeconômicas tiveram resultados muito mais modestos. Durante o período de transição houve avanços na identificação das barreiras não tarifárias, o que culminou na confecção de uma lista de medidas e restrições não tarifárias existentes em cada país. No entanto, o período de transição chegou ao fim sem que nenhum dos quatro países tivesse adotado medidas contra estas restrições (DALTHEIN, 2007, p.61-62).

Sendo assim, nota-se que por mais que tenha havido a redução das tarifas alfandegárias e diminuição de produtos sujeitos a exceções nacionais. Relativo a restrições não tarifárias, mesmo que identificados não foram tomadas medidas para resolver tais problemas, o que aprofunda o fato de que havia muitos desafios e complexidades enfrentados no processo de liberalização comercial no MERCOSUL (DALTHEIN, 2007).

Vale mencionar, que a Tarifa Externa Comum, foi uma política muito importante para a região, já que dificilmente os países que hoje integram o MERCOSUL, no passado, abaixavam suas tarifas. Desta forma, essa política de harmonização foi um grande passo para o bloco. Contudo, a redução de tarifa se trata muito mais de um processo político, do que econômico, desta forma a redução não estaria ligada ao governo, mas também a grupos de interesse nacionais e internacionais (PRADO, 1997).

De qualquer maneira, vale ressaltar que a percepção dos países do MERCOSUL quanto a esta integração regional é diferente. O Uruguai apoia o MERCOSUL em virtude de que os ideais defendidos pelo bloco, são por tradição os mesmos defendidos pelo Uruguai, demonstrando-se o mais apto a integração. Quanto ao Paraguai, vê o MERCOSUL com reticências, tendo interesse devido no comércio privilegiado com os outros integrantes, contudo conserva para si uma apreensão quanto ao bloco, devido à sua baixa industrialização

(SEITENFUS, 1992).

Já a Argentina, esta tinha por objetivo a busca de eficiência, abertura econômica e consolidação de seu processo democrático, além do acesso a um grande mercado em potencial, que era o brasileiro. Finalmente quanto ao Brasil, além de se inserir no cenário econômico internacional, o país queria construir uma agenda política internacional na bacia da prata que fosse positiva (SEITENFUS, 1992).

Por fim, observa-se o acordado pelos Estados Parte do MERCOSUL, que ao longo do tempo. De acordo com o Tratado de Assunção assinado em 31 de dezembro de 1991, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai estabeleceram o Mercado Comum do Sul (MERCOSUL). Desta forma, acordo com seu Artigo 1, ficam incumbido as partes a livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos; o estabelecimento de tarifa comum; a coordenação de políticas macroeconômicas e setoriais e o compromisso dos Estados partes em harmonizar suas políticas aonde for pertinente.

Em 1994, é assinado o Protocolo de Ouro Preto (1994), o qual estabelece a estrutura institucional do MERCOSUL, sendo criados seis órgãos, o I - O conselho do Mercado Comum (CMC), II - O Grupo Mercado Comum (GMC), III - A Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), IV - A Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), V - O Foro Consultivo Econômico-Social (FCES), VI - A Secretaria Administrativa do MERCOSUL (SAM). Atribui funções a cada órgão (PROTOCOLO DE OURO PRETO, 1994).

Em 1998, é assinado o Protocolo de Ushuaia (1998), este protocolo por sua vez, surge no intuito de fortalecer as democracias, assinalando o compromisso dos países do MERCOSUL, com a democracia, e as sanções para aqueles países da interação regional que rompem com o Estado Democrático de Direito. Ainda em 1998, é assinado a Declaração política do MERCOSUL, Bolívia e Chile como zona de paz. (1998), a qual estabelece a região como uma zona livre de armas de destruição em massa (PROTOCOLO DE USHUAIA, 1998).

Em 2002, é assinado o Protocolo de Olivos (2002), o qual regulamenta o sistema de solução de controvérsias do MERCOSUL, ou seja, o sistema que regula a resolução de conflitos entre os Estados integrantes. Em 2003, há a criação do Tribunal Permanente de Revisão (TPR) (PROCOLO DE OLIVOS, 2002).

Em 2005, foi estabelecido o Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL, cujo propósito é fornecer apoio financeiro às economias mais vulneráveis dentro do bloco, com o objetivo de reduzir as disparidades entre os países da integração regional. No mesmo ano, também foi fundado o PARLASUL, o Parlamento do MERCOSUL, um órgão unicameral de representação cidadã, cujos membros são nomeados pelos Congressos Nacionais de cada país

(MERCOSUL, 2021; PARLASUL, 2023).

Em 2006, de acordo com o Protocolo de Adesão da República Bolivariana da Venezuela ao MERCOSUL (2006), o Estado da Venezuela se tornou parte integrante do MERCOSUL, aderindo ao Protocolo de Ouro Preto, ao Protocolo de Olivos e ao Tratado de Assunção. Posteriormente, em 2015, conforme o Protocolo de Adesão do Estado Plurinacional da Bolívia ao MERCOSUL (2015), a Bolívia formalizou sua adesão ao MERCOSUL e seus respectivos tratados e protocolos. No entanto, é importante ressaltar que a Bolívia ainda não efetivou sua adesão devido à falta de aprovação pelos parlamentos nacionais da Argentina, Brasil e Paraguai (PARLAMENTO DO MERCOSUL, 2023).

Em 2007, é criado o Instituto Social do MERCOSUL, o qual tinha o objetivo de contribuir para o desenvolvimento social, ajudar ao bloco, na superação de assimetrias regionais, colaborar na elaboração de políticas sociais, promover mecanismos de cooperação horizontal entre outros objetivos sociais (INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL, 2007).

E finalmente em 2017, de acordo com o Protocolo de Cooperação e Facilitação de Investimentos Intra-MERCOSUL (2017), assinado pelos Estados integrantes do MERCOSUL, tal protocolo visa facilitar investimentos diretos que visa o desenvolvimento dos Estados parte do MERCOSUL.

Desta forma, com base no que fora exposto durante este capítulo, analisa-se que o MERCOSUL em suas raízes é fruto de dois fenômenos já apresentados, a globalização e a regionalização. Os quais acarretaram na criação da CEPAL, órgão este que serviria de base para o estudo de integração regional que guiaria a formação de blocos regionais na América Latina, através do Pensamento Cepalino. O qual influência sobre a criação da ALALC, que não obteria êxito devido a divergência entre os países e ao seu foco comercial, de modo que logo fora reestruturando na ALADI, a qual também não teve êxito, também pelo seu foco comercial e pelas crises econômicas nos anos 80, que favoreceram a criação de blocos sub-regionais.

Nesse contexto, surgiu o MERCOSUL como resultado da aproximação entre Argentina e Brasil, posteriormente com o interesse do Paraguai e Uruguai em se juntar ao bloco. É notável que o Uruguai tenha sido um fervoroso defensor da liberalização comercial desde o início da fundação do bloco, um desejo profundamente enraizado no país em relação ao MERCOSUL.

Por outro lado, o Paraguai, devido à sua baixa industrialização, demonstrou algumas reservas, mas viu na possibilidade de acessar novos mercados uma compensação valiosa para suas preocupações.

No caso da Argentina, é evidente o seu interesse em entrar no mercado brasileiro, e é interessante notar que, inicialmente, a Argentina buscava estabelecer acordos de livre comércio,

o que refletia o fortalecimento de sua democracia, considerando que não havia se passado muito tempo desde o fim de seu último regime militar. Por fim, em relação ao Brasil, percebe-se o seu desejo de se reposicionar no cenário internacional e de cultivar relações positivas na bacia do Prata.

Quanto à liberalização comercial, observa-se uma desafiadora falta de coordenação e vontade política para a completa redução de barreiras tarifárias e não tarifárias. Isso reflete o conflito entre o desejo de integração regional e o "egoísmo" de manter as economias nacionais protegidas. Como resultado, os países do bloco muitas vezes impõem barreiras não tarifárias para proteger suas economias, tornando o processo de integração do MERCOSUL complexo. Além disso, essas restrições estão intrinsecamente ligadas aos interesses dos respectivos parlamentos de cada país, o que acrescenta uma dimensão política ao processo de integração além da comercial.

Dito isso, nota-se que a formação e evolução do MERCOSUL representam marcos significativos na história da integração regional na América do Sul. Desde seus primórdios, os membros fundadores buscaram construir um bloco que promovesse a cooperação econômica e a integração política entre as nações sul-americanas. No período de 2016 a 2022, a abordagem diplomática desempenhou um papel crucial no direcionamento estratégico do MERCOSUL. A análise desse período revela não apenas desafios enfrentados, mas também conquistas e adaptações às dinâmicas globais. Ao explorar essa trajetória, torna-se evidente como a diplomacia moldou as relações internas e externas do MERCOSUL. Para compreender melhor esse cenário, é fundamental adentrar na abordagem diplomática dos membros fundadores do MERCOSUL para o bloco no período em questão, algo que será abordado no seguinte capítulo.

#### **4. A ABORDAGEM DIPLOMÁTICA DOS MEMBROS FUNDADORES DO MERCOSUL PARA O BLOCO DE 2016 A 2022**

Neste capítulo, será analisado a abordagem diplomática dos membros fundadores do MERCOSUL, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, em relação ao próprio bloco regional durante o período de 2016 a 2022. Este período é de particular importância, uma vez que está presente em nossa memória recente, tornando-o essencial para o estudo do tema no contexto atual. Ademais, este intervalo coincide com uma série de mudanças significativas na política externa dos países em questão, o que amplia a relevância do estudo sobre os desafios à integração do MERCOSUL.

Em vista disso, o primeiro governo a ser abordado será o de Mauricio Macri, presidente da Argentina de 2015 a 2019, ele apostou na flexibilização do MERCOSUL e conduziu a política externa Argentina com ênfase em um caráter mais comercial. Seu governo redirecionou a política externa do MERCOSUL, visando transformá-lo em uma plataforma que auxiliasse na inserção da Argentina nos mercados globais, na atração de investimentos, no aumento de exportações e na redução de barreiras tarifárias (FRENKEL, 2016; MALCORRA, 2017).

De acordo com Malcorra (2017), logo em sua estreia como Chanceler da Argentina, a ministra encarregada do Ministério das Relações Exteriores do governo de Mauricio Macri declarou que as associações internacionais, incluindo o MERCOSUL, deveriam ser consideradas como meios para impulsionar os objetivos da Argentina. A partir desse ponto, torna-se evidente que a política externa do governo de Mauricio Macri se orientaria de maneira mais voltada para interesses comerciais.

Desta forma, de acordo com Simonoff (2016), o MERCOSUL, que foi o principal instrumento de inserção internacional da Argentina após a crise de 2001, acabou por ser reduzido como uma porta de acesso a União Europeia e Aliança do Pacífico. De acordo com Frenkel (2016), de fato, a região latino-americana teria um espaço primordial dentro da política externa do governo de Mauricio Macri, mas em específico em relação ao MERCOSUL e a Aliança do Pacífico, contudo, como já mencionado, essas relações teriam um grande foco comercial.

Nesse contexto, o governo de Mauricio Macri se concentraria em redesenhar o bloco como uma plataforma que auxiliasse na inserção da Argentina nos mercados globais, na geração de confiança internacional, na atração de capitais e no aumento de exportação de commodities através da redução de barreiras tarifárias. Sendo assim o mesmo buscou promover acordos de livre comércio com outros países e com outros blocos. A maior exemplo dessa política, temos

a busca de acordos com a Aliança do Pacífico, a qual se tornaria um dos principais focos de seu governo (FRENKEL, 2016).

Portanto, a Aliança do Pacífico se tornou uma peça central do governo de Mauricio Macri. Sendo o modelo de integração regional desse bloco, um modelo mais focado em agendas comerciais e econômicas. No intuito de vincular as economias a um mundo globalizado, em vez de uma integração regional, e sem focar nas assimetrias sociais, o qual serviria então como modelo de inserção internacional para o governo argentino (FRENKEL, 2016).

Além disso, outro foco do governo de Mauricio Macri foi o esforço em aproximar o MERCOSUL e a União Europeia, resultado em 2019 no Acordo de Associação Estratégica MERCOSUL - União Europeia. O qual na visão do governo de Mauricio Macri visava promover a chegada de investimentos, aumento de exportações, consolidação das empresas argentinas, além de acelerar o processo de transferência tecnológica e aumento da competitividade da economia argentina (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO, 2019).

Outra marca do governo de Mauricio Macri relativo ao MERCOSUL, foi a tentativa de evitar confrontação com outros países do Bloco, a principal exemplo, no caso do processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff no Brasil, onde a postura Argentina foi de uma relativa neutralidade com o posterior apoio ao governo do novo presidente do Brasil, Michel Temer. Contudo, por outro lado, quanto à Venezuela, o governo argentino adotou uma postura mais hostil a qual posteriormente resultaria na suspensão da Venezuela no Bloco (BUSSO; ZELICOVICH, 2016).

Desta forma, analisa-se que o MERCOSUL fora visto como uma ferramenta útil de inserção internacional da Argentina, pelo governo de Mauricio Macri, mais em específico, uma ferramenta de aproximação de “países do Centro”, como visto através do Acordo promovido entre MERCOSUL e União Europeia, e também como meio de promover uma abertura comercial, como visto com a busca de aproximação do MERCOSUL com a Aliança do Pacífico, em suma, o governo de Mauricio Macri deu ênfase no comércio em detrimento de uma ênfase de integração regional com viés de diminuir as desigualdades sociais na região.

Encerrando o período do governo argentino de Mauricio Macri, é fundamental virar o olhar para as mudanças que ocorreram na política externa do Brasil durante o governo de Michel Temer, que governou de 2016 a 2019. Sendo assim, ao passo que se adentra sobre o estudo do período, tem-se que em decorrência de um processo de impeachment contra a Presidente Dilma Rousseff (2011-2016), seu Vice-Presidente, Michel Temer, assumiu o mais alto cargo da República Federativa do Brasil. Durante o exercício de sua incumbência,



observou-se uma inflexão na política externa brasileira em relação às políticas de integração com o MERCOSUL. Alguns autores sustentam que em seu governo houve uma tentativa de reconfigurar o MERCOSUL segundo os princípios de um “regionalismo aberto”. No entanto, essa caracterização é debatida, como será apontado por Cavalcanti (2019).

Em consequência do exposto, previamente à análise da política de integração regional adotada pelo governo de Michel Temer para o MERCOSUL, faz-se necessário proceder a uma breve explicação dos conceitos de regionalismo aberto, do regionalismo pós-liberal ou pós-neoliberal, sendo o último termo o mais utilizado e a pós-hegemonia, termo cunhado pelo Professor Amitav Acharya, o qual não deve ser confundido com os termos pós-liberal ou pós-neoliberal. Sendo assim, temos que a Cepal (1994, p.12), define o regionalismo aberto, como:

En este documento se denomina "regionalismo abierto" al proceso que surge al conciliar ambos fenómenos descritos en párrafos precedentes: la interdependencia nacida de acuerdos especiales de carácter preferencial y aquella impulsada básicamente por las señales del mercado resultantes de la liberalización comercial en general. Lo que se persigue con el regionalismo abierto es que las políticas explícitas de integración sean compatibles con las políticas tendientes a elevar la competitividad internacional, y que las complementen (CEPAL, 1994, p.12).

Em outras palavras, o “regionalismo aberto”, proposto pela Cepal (1994), se trata de um processo que consegue combinar a interdependência advindas de acordos comerciais preferenciais, com a abertura comercial geral para países do resto do mundo. Esse processo teria o objetivo de aumentar a competitividade internacional da América Latina na economia global.

Assim explica Corazza (2006, p.146): “O “regionalismo aberto” procura conciliar dois fenômenos: a crescente interdependência regional resultante dos acordos preferenciais e a tendência do mercado em promover a liberalização comercial”. Além disso, o regionalismo aberto “procura combinar a liberalização comercial entre os parceiros do bloco regional com políticas de liberalização em relação a terceiros países”.

Contudo, na prática, o “regionalismo aberto” promoveu a abertura de mercado, a liberalização econômica, a privatização de estatais no intuito de implementar as políticas macroeconômicas do Consenso de Washington sobre a América Latina dos anos 90 (CORAZZA, 2006). Dessa forma, Corazza (2006, p.148) conclui que, “assim, pode-se dizer que a CEPAL adotou um discurso liberal tingido por teses estruturalistas”.

Dito isso, quando ao conceito de regionalismo pós-liberal ou pós-neoliberal, Falomir Lockhart (2013) afirma que o modelo de regionalismo pós-liberal ou pós-neoliberal continua focando no aumento de exportações e equilíbrio fiscal, assim como no regionalismo aberto.

Contudo, com a introdução do que ele diz ser a “volta do Estado”, ou seja, uma reação à “excessiva” presença do mercado, a qual se justificaria na necessidade de criar mecanismos de inclusão social. Em outras palavras, trata-se da intervenção do Estado nas economias políticas, no intuito de trazer o bem-estar social.

Quanto ao conceito do termo “pós-hegemônico”, este foi introduzido por Acharya (2008), que explica que o mundo pós-hegemônico se trata da ascensão de hegemonias regionais em detrimento da queda da hegemonia unipolar dos EUA. Sendo assim, Riggirozzi (2012) afirma que na América Latina estaria se formando um regionalismo pós-hegemônico, tendo em conta organizações internacionais, como a União das Nações Sul Americanas (UNASUL) e a Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América/Tratado de Comércio dos Povos (ALBA), contudo, com preceitos do regionalismo pós-liberal ou pós-neoliberal.

Sendo assim, com esses conceitos em mente, pode-se prosseguir para a análise da política de integração regional adotada pelo governo de Michel Temer para o MERCOSUL. Neste contexto tem-se que Santos, Leão e Rosa (2021), explicam a mudança de paradigma pós-liberal ou pós-neoliberal para o retorno ao regionalismo aberto por meio de duas considerações. A primeira reside na estratégia para ampliar a relevância econômica do MERCOSUL, que seria alcançada ao estreitar os vínculos do Bloco com a Aliança do Pacífico e parceiros extrarregionais. O segundo aspecto indicativo da mudança de paradigma é a suspensão da participação do Brasil na UNASUL, sendo priorizada uma maior envolvimento no Grupo de Lima, além do reforço do papel da Organização dos Estados Americanos (OEA) como entidade para a resolução de conflitos.

Porém, de acordo com as análises de Salgado e Bressan (2020), apesar dos esforços empreendidos pelo governo de Michel Temer para se desvincular substancialmente das estratégias de política externa adotadas por administrações anteriores, o Ministério das Relações Exteriores, conhecido como Itamaraty, logrou, por sua vez, obstruir quaisquer modificações abruptas nesse âmbito. Portanto, Bressan, Menezes e Ribeiro (2021), concluem que o governo de Michel Temer consistiu na modificação das relações regionais, ocasionando um retrocesso nos projetos regionais.

Seja como for, é sabido que no início do governo de Michel Temer, suscitaram-se diversas críticas por parte de alguns países próximos e instituições internacionais em relação ao impeachment da agora ex-presidente Dilma Rousseff. Como se observa pelas notas oficiais lançadas pelo Ministério das Relações Exteriores, as quais reprovam as objeções dos governos da Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador, Nicarágua, El Salvador além da ALBA e da UNASUL (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2016a, 2016b, 2016c).

Nesse contexto, Bressan, Menezes e Ribeiro (2021) afirmam que, na diplomacia de José Serra e Aloysio Nunes, ambos ministros das Relações Exteriores do governo Michel Temer, foi adotado um tom agressivo na política externa brasileira, o qual em nada contribuiu para as políticas de integração regional do Brasil. Diante disso, quanto ao mandato do Ministro das Relações Exteriores, José Serra, Cavalcanti (2019) explica que este defenderia um novo formato de inserção regional para o MERCOSUL, baseada em uma visão de novo regionalismo aberto, visão esta que seria seguida por seu sucessor, Aloysio Nunes. Logo em seu discurso de posse, José Serra explicita a necessidade de renovar o MERCOSUL, de “corrigir o que deve ser corrigido” com o objetivo de fortalecer o Bloco, principalmente em relação à Aliança do Pacífico (SERRA, 2021).

Visto isso, Cavalcanti (2019), explica que para José Serra, o MERCOSUL deveria deixar de ser uma União Aduaneira, para se tornar uma Zona de Livre Comércio. Sendo o livre comércio entre os países visto como uma etapa para que o MERCOSUL pudesse realizar negociações com a Aliança do Pacífico e com a União Europeia. Desta forma, em 23 de novembro de 2016, José Serra realizou uma reunião com seu homólogo espanhol, com o objetivo de promover uma maior aproximação entre o MERCOSUL e a União Europeia.

Quanto a outros países da América Latina, a aproximação com o México, que havia sido iniciada durante o governo de Dilma Rousseff, resultaria em um tratado bilateral focado na abertura comercial e na resolução de controvérsias comerciais, no governo de Michel Temer. No que diz respeito à Argentina, José Serra propôs a criação de um Mecanismo de Coordenação Brasil-Argentina, o que acabou isolando a Venezuela e levando à posterior saída do Brasil da UNASUL (CAVALCANTI, 2019). Finalmente, quanto à aproximação com a Aliança do Pacífico, almejada por José Serra, de acordo com Silva (2019), acabaram por resultar em relações comerciais frutíferas, as quais resultaram em um aumento no intercâmbio comercial entre o Brasil e os membros da Aliança do Pacífico, com saldos superavitários em favor do Brasil.

Em março de 2017, Aloysio Nunes Ferreira substituiu José Serra, como Ministro das Relações Exteriores. O qual deu continuidade às mesmas diretrizes de José Serra, tratando o MERCOSUL apenas de um ponto de vista comercial, reproduzindo a lógica do regionalismo aberto. Além da hostilidade quanto às relações Brasil-Venezuela, mantendo um alinhamento às políticas norte-americanas, dando ênfase nas relações Norte-Sul em detrimento das relações Sul-Sul, resultando por fim na saída do Brasil da UNASUL (CAVALCANTI, 2019).

Visto isso, percebe-se que durante o governo de Michel Temer houve uma guinada nas relações externas do Brasil em virtude de uma maior flexibilização do MERCOSUL, no intuito

de facilitar acordos com países de fora do MERCOSUL e blocos terceiros. Desta forma pode-se dizer que houve um abandono do regionalismo pós-liberal, que era promovido pelos últimos governos, muito mais quando se analisa o *modus operandi* do governo de Michel Temer em relação ao governo da Venezuela. De forma, que de fato, o governo de Michel Temer adotar características do regionalismo aberto.

Contudo, de acordo com Cavalcanti (2019), considerar o governo de Michel Temer, como um regionalismo aberto aos moldes dos anos 1990 é extremamente simplista. Ademais, afirma que:

Talvez o regionalismo que começou a ser construído no governo Temer e que poderá ter continuidade com o governo Jair Bolsonaro, a partir de 2019, não seja exatamente uma repetição do regionalismo aberto neoliberal dos anos 1990, mas algo ainda mais radical, dada a dimensão das reformas anunciadas (CAVALCANTI, 2019, p. 94).

Desta forma, é plausível considerar que o regionalismo adotado durante o governo Temer, o qual pode ter se estendido durante a administração de Jair Bolsonaro a partir de 2019, não constitui uma simples repetição do regionalismo aberto e neoliberal dos anos 1990. Em vez disso, sugere-se que seja uma abordagem ainda mais radical, especialmente à luz das amplas reformas anunciadas. Essa perspectiva é defendida por Cavalcanti (2019), que, ao analisar o cenário político e econômico, argumenta que o regionalismo atual possivelmente representaria uma evolução significativa em relação às políticas de regionalismo anteriores, particularmente devido à magnitude das reformas que foram propostas e implementadas.

Encerrando o período do governo brasileiro de Michel Temer, é fundamental virar o olhar para as mudanças que ocorreram na política externa do Paraguai durante o governo de Horácio Cartes, que governou o país de 2013 a 2018. Sendo assim, o seu mandato foi notadamente marcado pela busca da reintegração do seu país ao MERCOSUL, visto que o mesmo havia sido suspenso após o impeachment de Fernando Lugo, agora ex-presidente do país (HEDUVAN, 2020).

Neste contexto, durante o período de suspensão do Paraguai, a Venezuela foi admitida no MERCOSUL, um desenvolvimento que anteriormente havia sido bloqueado pelo Paraguai. Isso gerou intensos debates dentro do Paraguai, nos quais setores da sociedade paraguaia defenderam a ideia de que o país deveria se retirar do MERCOSUL como uma forma de retaliação pelas ações dos outros membros durante sua suspensão. No entanto, ficou evidente que uma saída do Paraguai seria prejudicial para o país. (MASI, 2014, p.36 *apud* HEDUVAN, 2020).

Desta forma, com a resolução das discussões internas que ocorreram no Paraguai enquanto o mesmo estava suspenso, o governo de Horácio Cartes pode proceder com a reintegração do seu país ao MERCOSUL. Contudo o Ministério das Relações Exteriores do Paraguai, deixara claro que a reincorporação do país ao bloco, não significa aceitar tudo o que foi feito durante sua ausência (HEDUVAN, 2020).

Apesar disso, o objetivo de Horácio Cartes de se reintegrar e promover o crescimento econômico através da atração de investimentos foi alcançado. Dito isso, de acordo com Heduvan:

Sin embargo, más allá de lo meramente discursivo, el gobierno de Horacio Cartes junto al ministro de relaciones exteriores, Eladio Loizaga Lezcano, no estableció lineamientos claros que permitieran la consecución de los pocos objetivos declarados de política exterior durante sus años de gobierno. En consecuencia, la política exterior paraguaya durante este período se vislumbró nuevamente como una política reactiva y a la deriva de los acontecimientos coyunturales a nivel internacional y regional (HEDUVAN, 2020, p.144).

Ou seja, com a falta de direção estratégica da política externa do governo de Horácio Cartes, o Paraguai ficou à mercê das circunstâncias e acontecimentos externos ao país. Sendo assim, Heduvan (2020), menciona algumas respostas à conjuntura externa, como a entrada do seu país no Grupo de Lima, que resultará posteriormente na suspensão da Venezuela. Contudo, também se denota a continuidade da tradição da política externa do Paraguai, como a importância do multilateralismo e manutenção de boas relações com Brasil e Argentina.

Sendo assim, nota-se que o governo de Horácio Cartes fora um governo que buscou a reintegração de seu país e integração do MERCOSUL, no intuito de manter os ganhos que o Bloco trouxera para seus pais, contudo, a política externa reativa de seu governo, fez com que seu país se deixasse guiar pela conjuntura externa. Visto isso, encerrando o período do governo paraguaio de Horácio Cartes, é fundamental virar o olhar para as mudanças que ocorreram na política externa do Uruguai durante o governo de Tabaré Vázquez, o qual governou o Uruguai de 2015 a 2020.

Sendo assim, em 2015, Tabaré Vázquez retomou a presidência da República Oriental do Uruguai. No que diz respeito à abordagem diplomática uruguaia no contexto do MERCOSUL, ele continuou a enfatizar a importância do Bloco como um componente fundamental de sua estratégia de política externa para a inserção internacional do Uruguai. No entanto, essa ênfase frequentemente tinha uma conotação mais econômica do que social.

De acordo com Luzuriaga (2016), a política externa do segundo governo de Tabaré Vázquez tinha como principais objetivos melhorar o posicionamento internacional do

MERCOSUL. Isso seria alcançado através de negociações visando acordos de livre comércio entre o MERCOSUL e a União Europeia, bem como aproximando o Bloco da Associação Europeia de Livre Comércio, com vistas a futuras negociações. Além disso, a política buscava reforçar a integração com a Aliança do Pacífico. Sempre dando ênfase em aspectos econômico-comerciais.

Sendo assim, em 17 de julho de 2015, 48ª Cúpula Presidencial do MERCOSUL que fora celebrada em Brasília, o presidente Tabaré Vázquez enfatizou a ausência de livre circulação de bens, serviços e fatores produtivos como foi estabelecido no Art. 1º do tratado de assinatura, isso sem contar na coordenação das políticas macroeconômicas fiscais e monetárias, entre outros objetivos do MERCOSUL que ainda não foram alcançadas pelo Bloco (LEDO, 2015).

Assim, conforme relatado pelo El País (2015), o então Ministro das Relações Exteriores, Rodolfo Nin Novoa, anunciou o compromisso do Uruguai em buscar a atualização da Resolução 32/00 do MERCOSUL. Essa resolução atualmente requer que os países membros realizem acordos comerciais com "terceiros" fora do bloco apenas de maneira conjunta com outros Estados do MERCOSUL.

A necessidade de atualização dessa resolução decorre das diferentes demandas de cada país no bloco, que muitas vezes não são plenamente atendidas devido às necessidades dos outros membros. Portanto, a flexibilização dessa norma é vista de acordo com o Chanceler, como uma medida necessária para melhor adequar o comércio do MERCOSUL às realidades de seus Estados membros (EL PAÍS, 2015).

Deste modo, se observa o interesse de Tabaré Vázquez, de se utilizar o MERCOSUL, como um facilitador do comércio uruguaio, com vários países do mundo. Utilizando o peso do Bloco, para que um país de pequeno porte como Uruguai, consiga se projetar internacionalmente, contudo, sem abandonar por completo as negociações bilaterais, as quais auxiliam o Uruguai a alcançar seus interesses comerciais.

Encerrando o período do governo uruguaio de Tabaré Vázquez, pode-se voltar o olhar para as mudanças que ocorreram na política externa da Argentina após o fim do mandato de Mauricio Macri, sendo mais específico, durante o governo de Alberto Fernandez, que governa o país desde 2019 até os dias atuais. Este por sua vez, assumiu a presidência da Argentina em um contexto regional adverso, em virtude das divergências ideológicas com os presidentes do Brasil, Jair Bolsonaro, o qual apoiou Mauricio Macri, durante as eleições argentinas. Além de divergências ideológicas, com outros líderes como Sebastian Pinera no Chile, Mario Abdo no Paraguai e Luis Lacalle Pou no Uruguai, contribuindo para o isolamento de Alberto Fernandez na região (BUSSO, 2022).

Nesse contexto, o governo de Alberto Fernandez buscou evitar o isolamento na região, através da tentativa de criar vínculos com o México e com o estabelecimento de conexões com Portugal e Espanha, além de realizar esforços para diminuir as tensões com o Brasil. Essas ações refletiam a estratégia do governo argentino de buscar uma posição mais equilibrada e colaborativa na política regional, mesmo em meio a desafios políticos e ideológicos (BUSSO, 2022).

Desta forma, o governo de Alberto Fernandez também apostou na integração regional como meio de inserir a Argentina no mundo. Nesse contexto, quando ao MERCOSUL, Alberto Fernández se opôs ao movimento de “modernização” ou flexibilização do bloco, o qual havia se aprofundado por partes de outros membros do MERCOSUL durante a pandemia, no intuito de ampliar a negociação de livre comércio com novos países e regiões. Contudo, em 2021, Brasil e Argentina realizaram um acordo bilateral que estabeleceu a redução de 10% das tarifas. Sendo assim, com esse acordo, os interesses da Argentina, Brasil e Paraguai acabaram por se alinhar (RUSSO, 2022).

Já em relação a Venezuela, o governo de Alberto Fernandez ao contrário do governo de Mauricio Macri, adotou uma postura mais pragmática, através do princípio da não intervenção, desta forma apondo-se ao intervencionismo e aos bloqueios econômicos contra Venezuela, desta forma saindo do Grupo de Lima em 2021. Contudo, vale ressaltar, que apesar dessa oposição, o governo ainda demonstra preocupação em relação aos direitos humanos na Venezuela, visto as diversas críticas ao governo deste país (RUSSO, 2022).

Mesmo com os desentendimentos com o governo de Jair Bolsonaro, em seu discurso de posse, Alberto Fernandez ainda defendeu uma agenda inovadora e criativa na tecnologia, produção e estratégico entre Brasil e Argentina. Citando também o MERCOSUL, dizendo que o mesmo deveria ser fortalecido, levando em consideração o lado social, adotado pelos governos a partir de 2003 (ARGENTINA, 2019; PIRES, COSSUL, 2021).

Em reunião dos Coordenadores Nacionais do Grupo Mercado Comum sobre relacionamento externo, foi tomada a decisão de que a Argentina de Alberto Fernandez, deixaria de participar das negociações em curso de acordos comerciais e das futuras negociações do bloco. Com exceção dos acordos já concluídos com a União Europeia e com a Associação Europeia de Livre Comércio (EFTA). Em vista de sua política econômica interna, agravada pela COVID-19 (MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, PARAGUAY, 2020).

Sendo assim, de acordo com a Chancelaria da Argentina, em entrevista com Chequeado, essa decisão de não participar das negociações do MERCOSUL com países como Coreia do Sul, Singapura, Líbano, Canadá e Índia se deu no intuito de proteger o MERCOSUL, devido a

pandemia, visto que não se sabia como essas negociações realizadas em um momento tão delicado, iriam afetar o bloco (DOMINGUEZ, 2020).

No entanto, o governo de Alberto Fernández reviu sua posição e retornou à mesa de negociações, adotando uma postura mais conciliadora no âmbito do MERCOSUL. Essa mudança foi crucial, uma vez que a dissolução do bloco estava em jogo (DOMINGUEZ, 2020). Segundo Chabay (2020), a transferência da presidência pro tempore do Paraguai para a Argentina encheu o presidente Alberto Fernández de otimismo, uma vez que havia a possibilidade de integrar a Bolívia ao MERCOSUL, dado o alinhamento ideológico entre o presidente argentino e o novo líder boliviano.

Deste modo, se observa que Alberto Fernández tinha agenda de política externa feita, contudo com a Pandemia essa agenda não foi posta em prática, abrindo então maior margem de manobra para o Bolsonaro o qual inicialmente rejeitava o bloco, ademais fica notável que além de tentar adotar uma postura mais conciliadora com os outros países do MERCOSUL, o mesmo também tentou retornar com um MERCOSUL mais politizado, visto a tentativa de integrar a Bolívia como membro pleno do MERCOSUL. Havia o anseio de conciliar as políticas mais protecionistas da Argentina com as políticas mais comerciais do Brasil, Paraguai e Argentina. Sendo assim, Alberto Fernandes optou por uma postura mais pragmática em suas relações externas (PIRES, COSSUL, 2021).

Encerrando o período do governo argentino de Alberto Fernández, retoma-se o olhar para as mudanças que ocorreram na política externa do Brasil após o fim do mandato de Michel Temer, sendo mais específico, durante o governo de Jair Bolsonaro, que governou o país de 2019 a 2023. Sendo assim, Jair Bolsonaro, eleito em 2018, aprofundou a inflexão na política externa brasileira, já tomada pelo governo de Michel Temer, com o governo adotando uma postura mais cética em relação à integração regional, ao multilateralismo e com um discurso crítico à política externa da "era PT" (SILVA, 2022; SALGADO, BRESSAN, 2020).

Desta forma, Silva (2022, p.16-17), faz uma listagem dos fundamentos da política externa do governo de Jair Bolsonaro:

Assim, com o Governo Bolsonaro verifica-se uma inflexão matricial na política externa brasileira, com fortes significados internos e internacionais. Em uma avaliação preliminar, verifica-se que os condicionantes da mudança matricial da política externa brasileira têm como fundamentos: a) a ascensão dos movimentos e governos conservadores na América Latina e no Ocidente; b) a crítica à política externa desenvolvida na “era PT”; c) a crítica “anti-globalista” e paralisia das instituições multilaterais; d) as mudanças na política externa norte-americana sob o Governo Trump; e) a crise econômica prolongada; f) desengajamento da integração regional (SILVA, 2022, p. 16-17).



Esses fatores, para Silva (2022), teriam contribuído para a transformação da política externa brasileira na região. Desta forma, quando nos debruçamos sobre a política externa do governo de Jair Bolsonaro relativo ao MERCOSUL, temos que, em algumas ocasiões, autoridades brasileiras expressaram preocupações com as restrições impostas pelo bloco e a necessidade de maior flexibilidade para buscar acordos comerciais em benefício do Brasil.

A exemplo, temos declarações anteriores à eleição de Jair Bolsonaro como: “Precisamos nos livrar das amarras do MERCOSUL e partir para o bilateralismo. O Brasil tem autonomia para fazer comércio com o mundo todo!” (BOLSONARO, 2017). Já no projeto de governo de Jair Bolsonaro, que foi apresentado durante as eleições, temos que:

Facilitar o comércio internacional é uma das maneiras mais efetivas de se promover o crescimento econômico de longo prazo. A evidência empírica é robusta: países mais abertos são também mais ricos. O Brasil é um dos países menos abertos ao comércio internacional, a consequência direta disso é nossa dificuldade em competirmos em segmentos de alta tecnologia. Do ponto de vista teórico, a dinamização do comércio internacional funciona como um choque tecnológico positivo no país, aumentando sua produtividade e incrementando seu crescimento econômico de longo prazo. Propomos, assim, a redução de muitas alíquotas de importação e das barreiras não-tarifárias, em paralelo com a constituição de novos acordos bilaterais internacionais (PARTIDO SOCIAL LIBERAL, 2018, p.65).

Em outras palavras, o projeto de governo de Jair Bolsonaro buscava promover uma maior abertura comercial dando uma maior ênfase aos acordos bilaterais. Ademais, com as declarações feitas pelo Ministro da Economia de Jair Bolsonaro, Paulo Guedes, as quais foram proferidas para a imprensa, enfatizavam que o MERCOSUL não era prioridade para o futuro do governo, visto que o bloco era restrito demais, e o governo tinha o objetivo de negociar com o mundo (AGOSTINE, RAMALHO, 2018). Nesse contexto, o que se pode inferir destas falas, tanto de Jair Bolsonaro, quando de seu Ministro da Economia, e quanto ao seu projeto de Governo, é que a política externa brasileira se empenharia na busca por novos mercados internacionais, através do bilateralismo em detrimento do multilateralismo se necessário, mesmo em detrimento do MERCOSUL.

Desta forma as ações de fato tomadas durante o governo de Jair Bolsonaro tinham por características em relação ao MERCOSUL, a luta pela flexibilização do bloco. Postura que se tornou patente, com a declaração do Ministro da Economia defendendo a flexibilização, durante sessão especial do Senado sobre os 30 anos do MERCOSUL (COSTA, 2021). Ademais, em declaração durante encontro com o então presidente da Argentina Mauricio Macri, Jair Bolsonaro manifestou a necessidade de modernizar o bloco, no intuito de promover a liberalização das economias e reduções tarifárias (MAZUI, 2019).

Como resultado, e maior exemplo da busca pela flexibilização, temos que no dia 28 de junho de 2019, fora assinado o acordo de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia (MENDONÇA, 2019). Na visão de Dadush e Baltensperger (2019, p.16, tradução nossa):

No entanto, e apesar de seus ganhos quantificáveis relativamente pequenos, o Acordo de Livre Comércio entre a União Europeia e o Mercosul é um acordo que vale a pena ter e lutar por ele. Se acompanhado por reformas internas vigorosas, ele poderia representar uma mudança significativa no caminho de desenvolvimento do Mercosul em direção a um crescimento mais elevado e, ao longo do tempo, apresentar oportunidades para uma liberalização agrícola mais abrangente na União Europeia. O acordo envia um sinal importante aos protecionistas nos Estados Unidos de que suas políticas são rejeitadas por dois de seus maiores parceiros comerciais, e levarão apenas a uma erosão da posição competitiva dos EUA. O Acordo inclui várias disposições que vão além das regras da Organização Mundial do Comércio (OMC) e que são intrinsecamente úteis, podendo indicar o caminho para acordos comerciais melhores em todo o mundo, por exemplo, no estabelecimento de padrões e na facilitação do comércio. Por fim, a reafirmação do Acordo de Paris por blocos econômicos em estágios de desenvolvimento muito diferentes e ambos tão críticos para o rumo das emissões globais de carbono também tem um grande valor (DADUSH, BALTENSBERGER, 2019, p.16, tradução nossa).

Em resumo, Dadush e Baltensperger (2019), explicam que apesar de o acordo entre União Europeia e MERCOSUL trazer poucos benefícios, ainda vale a pena lutar por ele, visto que se acompanhado por reformas internas significativas, pode trazer um crescimento econômico mais elevado ao MERCOSUL. Ademais, em um estudo de avaliação de impacto em sustentabilidade em apoio às negociações do Acordo de Associação entre a União Europeia e o MERCOSUL, feito pela London School of Economics and Political Science, apontam que:

Considerando os efeitos dinâmicos resultantes da liberalização do comércio, como o aumento da concorrência e da atividade inovadora, a liberalização do comércio de serviços empresariais entre a União Europeia e o Mercosul provavelmente resultará em níveis mais elevados de atividade econômica em ambas as regiões. [...] Além disso, estima-se que haverá níveis mais elevados de produção industrial e volumes de exportação nos países do Mercosul como resultado da liberalização do comércio de serviços empresariais. Como os serviços empresariais estão cada vez mais vinculados à indústria manufatureira, os efeitos dinâmicos de longo prazo resultantes da liberalização desses serviços podem contribuir significativamente para os benefícios econômicos gerais (MENDEZ-PARRA *et al*, 2020, p.303).

Desta forma, com a assinatura do acordo de Livre Comércio entre União Europeia e MERCOSUL, Frenkel (2019) analisa que o MERCOSUL se torna uma importante ferramenta para a estratégia externa dos países membros, mesmo que inicialmente, o presidente brasileiro tenha expressado que o bloco econômico (MERCOSUL) não era uma prioridade. Em outras palavras, apesar de todo o discurso negativo por parte dos membros do governo de Jair Bolsonaro, incluindo o próprio, quando o seu governo viu uma oportunidade de acessar o

mercado da União Europeia, o MERCOSUL passou a tomar uma maior relevância na política externa do país.

Assim, consta em reportagem redigida por Molina (2020), Jair Bolsonaro durante conferência com a cúpula dos presidentes do bloco, declarou que o MERCOSUL era “o melhor veículo” de inserção internacional do Brasil, desta forma Hirst e Maciel (2022, p. 14) analisam que “essa orientação implicou lidar com o bloco sub-regional como instrumento e não um fim, com o propósito principal de evitar prejuízos ao acordo com a União Europeia”. Ademais, como exemplo de flexibilização do MERCOSUL, temos a assinatura de livre comércio entre MERCOSUL e Aliança do Pacífico pelo Presidente Jair Bolsonaro e seu homólogo chileno Sebastián Piñera. (CRAIDI, GIRALDI, 2019). E em 2021, houve redução de 10% sobre as alíquotas da Tarifa Externa Comum (TEC) do MERCOSUL (MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2022).

Dito isso, se conclui que fatores como o alinhamento Norte-Sul em detrimento das relações Sul-Sul, e a já mencionada flexibilização dos blocos com intuítos de ganhos comerciais, realmente nos fazem acreditar em um retorno do regionalismo aberto, contudo, é de se considerar como foi dito por Cavalcanti (2019), que não se trata do mesmo regionalismo de 1990, ainda mais pelo fato de o governo de Michel Temer se encontrar em outro período e contexto internacional.

Contudo, quando se observa o esvaziamento de instituições como a UNASUL, as quais de acordo com Riggiozzi (2012) seria uma das provas de um regionalismo pós-hegemônico de cunho pós-liberal ou pós-neoliberal. Aparentando que durante o governo de Michel Temer, houve uma tentativa de retrocesso para um momento em que os EUA representavam uma potência hegemônica unipolar, e o regionalismo aberto de 1990 “imperava”.

Quanto ao governo de Jair Bolsonaro, este por sua vez seguiu em um aprofundamento da flexibilização já iniciada durante o governo de Michel Temer, valendo mencionar que o seu governo enxergava as relações externas brasileiras apenas como uma ferramenta comercial no intuito gerar ganhos para o próprio país, buscando, ainda que de maneira tortuosa, se adaptar a qualquer situação que lhe desse proveito econômico.

Desta forma, a política externa brasileira para o MERCOSUL de 2016 a 2022, pode ser caracterizada pela contínua tentativa de inserir o bloco econômico na economia internacional através de um modelo “regionalismo aberto”, contudo, é importante observar que, do ponto de vista brasileiro, o MERCOSUL era visto principalmente como um meio para a abertura econômica do país em relação ao resto do mundo, sem necessariamente promover políticas voltadas para o fortalecimento e o desenvolvimento do MERCOSUL como um todo.

Encerrando o período do governo brasileiro de Jair Bolsonaro, pode-se retornar o olhar para as mudanças que ocorreram na política externa do Paraguai após o fim do mandato de Horácio Cartes, sendo mais específico, durante o governo de Mário Abdo, que governou o país de 2018 a 2023. Sendo assim, Mário Abdo assumiu a presidência do Paraguai, em um contexto interno e internacional conturbado. Com a pandemia mundial causada pela COVID-19, além da crise econômica mundial. O que obriga seu governo a tentar se adaptar ao novo contexto internacional (HEDUVAN, 2021).

Sendo assim, a política externa paraguaia pode ser dividida em duas fases. A primeira fase é marcada pela continuidade da política externa do ex-presidente Horácio Cartes. Com o bom relacionamento com os países vizinhos, continuidade das relações bilaterais com Taiwan e cooperação em órgãos multilaterais. E a segunda fase é marcada pela posse do novo chanceler Antonio Rivas Palacios (HEDUVAN, 2020, 2021).

Desta forma, a segunda fase é caracterizada pela anulação de acordos desvantajosos para o Paraguai, referentes a Itaipu, estabilizando então o relacionamento entre Paraguai e Brasil. E por uma política externa mais ativa, de acordo com Heduvan (2020, p. 146-147):

En adhesión, los nuevos lineamientos propuestos por la Diplomacia Económica se encuentran en conjunción con los objetivos establecidos por el Mercosur. Entre ellos se pueden destacar: los avances en los acuerdos con la Unión Europea y el EFTA; la promoción de negociaciones con Canadá, Corea del Sur, Singapur y el Líbano; y la intensificación de las conversaciones con la Alianza del Pacífico. Estos puntos fueron trabajados con gran intensidad durante la Presidencia Pro tempore de Paraguay en el Mercosur durante el primer semestre del 2020, con el objetivo de continuar con su desarrollo durante el siguiente periodo (HEDUVAN, 2020, p.146-147).

Em outras palavras, durante a segunda fase do governo de Mário Abdo, foi trabalhada no MERCOSUL, uma política externa visando um viés mais comercial, com o objetivo de realizar acordos de abertura econômica com outros blocos regionais e países de fora do MERCOSUL. Como resultado, é plausível concluir que o governo de Mario Abdo representou, ao menos inicialmente, uma continuidade das políticas adotadas por seu antecessor, com uma posterior acentuação do enfoque no âmbito comercial do MERCOSUL, se aproveitando de sua Presidência Pro tempore no Bloco.

Encerrando o período do governo Paraguai de Mario Abdo, se faz necessário retomar o olhar para as mudanças que ocorreram na política externa do Uruguai após o fim do mandato de Tabaré Vázquez, sendo mais específico, durante o governo de Lacalle Pou, que governa o país de 2020 até os dias atuais. Sendo assim, durante as eleições, Lacalle Pou já dava indício de sua agenda política internacional. Em sua análise das principais políticas da agenda do novo

presidente, Luján (2019) analisa que as políticas de Lacalle Pou se baseiam no eixo econômico. Dessa forma, o comércio internacional se torna o centro de suas preocupações. Onde a inserção internacional do Uruguai no mundo, se daria por meio de uma abertura comercial e de uma aproximação com o Ocidente. Em especial, os EUA seriam o “norte” das relações uruguaias, contudo, a China não deixaria de ter foco na diplomacia uruguaia.

Desta forma, o governo de Lacalle Pou delineou um plano estratégico de política externa para o Uruguai, conforme indicado no documento Compromiso por El País (2019). Este plano tem como objetivo central a promoção dos interesses econômicos e produtivos do país, visando transformar a política externa em uma poderosa alavanca para impulsionar o comércio e diversificar os mercados. Além disso, outra vertente crucial da política externa de Lacalle Pou é a busca pela flexibilização do bloco MERCOSUL, permitindo a viabilização de acordos comerciais individuais para os países membros. Isso reflete o desejo de maior autonomia e flexibilidade nas negociações comerciais.

Em notícia, redigida por Fernández (2022), no jornal El País, o presidente Lacalle Pou, não assinara junto com os outros três países do MERCOSUL, o acordo para redução da Tarifa Externa Comum. Visto que o principal objetivo do Uruguai era a flexibilização do bloco de modo que o Uruguai pudesse buscar acordos com outros países de fora do bloco, sem ser acompanhado pelos outros membros do bloco.

Além disso, de acordo com o artigo de Riva Molina e Gortázar Galarraga (2022). Em discurso durante a celebração de 30 anos, o presidente uruguaio, Lacalle Pou, considerou o MERCOSUL como um entrave às necessidades de abertura econômica uruguaia. Se posicionando novamente para uma maior flexibilização do MERCOSUL, em acordo com outros países do MERCOSUL, como o Brasil.

Em suma, o que se observa do governo de Lacalle Pou, é que o MERCOSUL deixara de ser prioridade, e este pretende buscar aproximações com outros países fora do bloco. Por fim, como Lacalle Pou se baseia em sua base de apoio econômica, e de se deduzir que a demanda no Uruguai pela integração com o MERCOSUL vem diminuindo constantemente, de modo a buscar parceiros que proporcionaram mais ganho, como a China.

Com base nas análises apresentadas sobre a política externa da Argentina, é possível destacar distintos enfoques adotados pelos diferentes governos. O governo de Mauricio Macri, por exemplo, foi marcado por uma orientação fortemente comercial, buscando no MERCOSUL uma plataforma para acessar os mercados da União Europeia e da Aliança do Pacífico. Essa abordagem também se reflete nos governos de Michel Temer, Jair Bolsonaro, Mário Abdo e Lacalle Pou, que compartilham uma visão de maior abertura de mercado.

Por outro lado, o governo de Horácio Cartes foi notável por sua tentativa de reintegrar o Paraguai ao bloco, seguida por uma postura mais reativa na política externa em relação ao contexto regional e internacional. Já o governo de Tabaré Vázquez procurou flexibilizar o MERCOSUL, mantendo, no entanto, a crença na importância do bloco para a integração regional.

Por fim, o governo de Alberto Fernández adotou uma abordagem mais pragmática, dada a sua situação de isolamento no contexto regional. Suas ações dentro do bloco foram minimizadas, com o objetivo de evitar a desfragmentação do MERCOSUL. Em resumo, cada governo argentino demonstrou uma perspectiva distinta em relação ao MERCOSUL, refletindo os desafios e oportunidades enfrentados ao longo do tempo.

Assim sendo, torna-se evidente que a abordagem diplomática dos membros fundadores do MERCOSUL desempenhou um papel essencial na sua sobrevivência diante dos desafios enfrentados no período de 2016 a 2022. Por meio de negociações e cooperações diplomáticas, os países do bloco buscaram não apenas enfrentar, mas superar obstáculos políticos e econômicos significativos. No entanto, como será explorado no próximo capítulo, é crucial reconhecer que grande parte dessa abordagem foi moldada pelos desafios estruturais específicos enfrentados por cada país do MERCOSUL. Portanto, uma análise aprofundada dos desafios estruturais vivenciados pelos membros do MERCOSUL durante esse período se faz necessária, para uma compreensão mais completa dessa relação complexa.

## 5. DESAFIOS ESTRUTURAIS DOS MEMBROS DO MERCOSUL DE 2016 A 2022

Ao longo dos anos, o MERCOSUL tem trabalhado para promover o comércio, a cooperação econômica e a estabilidade política entre seus membros. No entanto, o período de 2016 a 2022 foi marcado por uma série de desafios que afetaram a integração do MERCOSUL. Nesta análise, será explorada em detalhes os desafios estruturais que os membros fundadores do MERCOSUL enfrentaram durante esse período, com o propósito de auxiliar na análise dos obstáculos à integração do MERCOSUL.

Nesse contexto, inicia-se a análise com o governo argentino de Mauricio Macri (2015-2019). É possível observar que os primeiros resultados econômicos de seu mandato não foram favoráveis, com uma queda de 1,8% no PIB da Argentina e uma redução do poder de compra da população devido ao aumento das taxas de serviços. Além disso, as medidas econômicas adotadas por seu governo não conseguiram atrair investimentos e, ao mesmo tempo, a inflação aumentou (FREITAS, GHIBAUD, CRESPO, 2021; FREITAS; FERNANDES, 2017).

Conforme destacado por Fiorito (2020), o fracasso do monetarismo e das recomendações econômicas adotadas pelo governo de Mauricio Macri resultou em um aumento significativo da inflação devido ao crescimento dos custos macroeconômicos. Isso, de acordo com o mesmo, se deu devido ao governo de Mauricio Macri ignorar as variações da taxa de câmbio acreditando que essas variações ajudariam a resolver os problemas externos e a levar a economia a um equilíbrio de paridade de compra multilateral.

Além disso, como se não bastasse os problemas causados devido a eliminação e redução de impostos sobre as exportações, sobre produtos de mineração, sobre o setor agrícola, diminuição do imposto de renda, do imposto sobre propriedade pessoal, tiveram como resultado o aumento do déficit primário do país em relação aos anos anteriores ao mandato de Mauricio Macri. Como resultado as receitas fiscais caíram de 19,3% do PIB em 2015, para 17,8% do PIB em 2017. Além disso, o aumento de juros da dívida argentina de 1,4% para 2,2%, agravaram ainda mais as contas públicas do país. E a taxa de desemprego saiu de 9,3% no segundo trimestre em 2016 para 10,6% no segundo trimestre em 2019 (CIFRA, 2018; INDEC, 2016, 2019).

Sendo assim, por razão do desempenho econômico negativo, logo a aprovação popular do governo de Mauricio Macri começa a decair. De modo que com o fracasso de seu governo em organizar a economia argentina, o resultado acabou se resumindo na impossibilidade de o mesmo renovar o seu mandato na posterior eleição presidencial argentina (FREITAS;

FERNANDES, 2017; FIORITO, 2020).

Visto o governo de Mauricio Macri, será trabalhado o governo brasileiro de Michel Temer (2016-2019), o qual, quando assumiu a presidência, o Brasil enfrentava uma grave crise econômica. A nação estava mergulhada em uma recessão profunda, com uma taxa de desemprego de 11,9%, a maior contração do PIB desde 1930 e um déficit fiscal recorde. Na verdade, o setor público registrava um déficit primário de R\$ 12,816 bilhões, totalizando R\$ 36,6 bilhões em julho de 2016. Além disso, os gastos públicos haviam aumentado em US\$ 74,8 bilhões em 2014 e US\$ 104,2 bilhões em 2015, enquanto a inflação permanecia em níveis elevados (IBGE, 2023; GIAMBIAGI *et al.*, 2015, *apud* ALBAREDA e TORRES, 2022; CASTRO, 2016).

Em resposta a essa grave crise econômica, o governo de Michel Temer viu-se compelido a adotar uma série de medidas, incluindo o congelamento de gastos públicos por meio da Proposta de Emenda Constitucional nº 55, a Reforma Previdenciária com o objetivo de restabelecer o equilíbrio fiscal do país e a Reforma Trabalhista (ALBAREDA, TORRES, 2022; MINISTÉRIO DA ECONOMIA, 2019).

Desta forma, vê-se que, após dois anos de recessão, o PIB do país cresceu em 1% no ano de 2017. O setor do agronegócio registrou um crescimento de 13% no mesmo ano, a renda per capita aumentou em 0,2%, o setor de serviços se recuperou com crescimento de 0,3% e os gastos do governo foram reduzidos em 0,6%. No entanto, o setor industrial permaneceu estagnado (SILVEIRA, GAZZONI, 2018).

Apesar da tímida melhora econômica, o governo de Michel Temer enfrentou desaprovação pública significativa, com uma taxa de desaprovação de 72%. Portanto, ao final de seus dois anos de governo, apesar das melhorias econômicas relativas, sua administração ainda enfrentava desafios de popularidade e políticos. O resultado foi uma redução da taxa Selic de 14,25% para 6,50% ao ano durante seu mandato, queda da inflação de 9,32% para 2,76%, mas um aumento da taxa de desemprego de 11,2% para 13,1% (MAZUI, MATOSO, MARTELLO, 2018; G1, 2018).

Visto o governo de Michel Temer, pode-se avançar para o governo paraguaio de Horácio Cartes (2013-2018). O mesmo, ao assumir o cargo de presidente do Paraguai, enfatizou o desafio de combater a pobreza em seu país. Em 2013, quando iniciou seu mandato, 28% da população vivia abaixo da linha da pobreza. Em 2014, esse percentual caiu para 27,2%, e em 2015, para 26,6%. No entanto, em 2016, a taxa de pobreza aumentou para 28,9%, para então diminuir novamente em 2017, atingindo 26,4%. Finalmente, em 2018, a população vivendo abaixo da linha da pobreza era de 24,2%. Em resumo, houve uma redução de 3,8% em



comparação com o início de seu mandato (GIRALDI, 2013; INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DO PARAGUAI, 2022a).

Quanto à população que recebia menos de um salário-mínimo, no início do mandato de Horácio Cartes em 2013, a porcentagem era de 38,1%. Em 2014, essa porcentagem permaneceu praticamente inalterada em 38%. Em 2015, houve uma redução para 34,6%, que se manteve em 34,9% em 2016. No entanto, em 2017, essa porcentagem aumentou para 38,9%. Finalmente, em 2018, caiu novamente para 34,9%. Em resumo, ao final de seu mandato, houve uma redução de 3,2% na proporção de pessoas ganhando menos de um salário-mínimo em comparação com o início de seu governo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTATÍSTICA DO PARAGUAI, 2022b).

Horácio Cartes enfrentou outro desafio relacionado às sanções internacionais e à suspensão do Paraguai das reuniões dos organismos internacionais do MERCOSUL, devido ao impeachment do ex-Presidente Fernando Lugo. Isso resultou no isolamento do Paraguai na região. Para lidar com essa situação, o governo de Horácio Cartes teve que aceitar, de forma relutante, a entrada da Venezuela no MERCOSUL, que ocorreu enquanto o Paraguai estava suspenso, com a aprovação da Argentina, Brasil e Uruguai. Além disso, o isolamento internacional levou Horácio Cartes a buscar uma aproximação com a Aliança do Pacífico e países asiáticos, como a China (NETO, 2014).

Ademais, durante o governo de Horácio Cartes, um dos maiores desafios foi a questão da segurança pública. O qual com o respaldo do Congresso, conseguiu aprovar reformas nas leis paraguaias que habilitaram o emprego das Forças Armadas no combate ao crime organizado e grupos paramilitares (NETO, 2014).

Visto o governo de Horácio Cartes, pode-se partir para o estudo do governo uruguaio de Tabaré Vázquez (2015-2020). De acordo com a emissora internacional Deutsche Welle (2015), o governo de Tabaré Vázquez, então presidente do Uruguai, apesar de herdar um país com estabilidade econômica e redução da pobreza como legados, enfrentou diversos desafios durante seu mandato, concentrando-se principalmente na infraestrutura, educação e segurança.

Um dos desafios mais notáveis durante o segundo governo de Tabaré Vázquez, que iniciou em 2015, foi a crescente taxa de desemprego. O país começou o governo com uma taxa de desemprego de 7,3% em 2015, que aumentou para 7,7% em 2016, 8,2% em 2017, e atingiu 8,5% em 2018. Em 2019, a taxa de desemprego se manteve em 8,4%, mas encerrou o governo em 2020 com uma taxa de 10,1%. Isso representou um aumento de aproximadamente 2,8% durante seu mandato (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2023).

Além disso, o governo de Tabaré Vázquez enfrentou um desafio significativo no que diz respeito ao crescimento econômico. O Produto Interno Bruto (PIB) do Uruguai apresentou um crescimento modesto durante seu mandato, com taxas de crescimento anual em torno de 0,2% em 2018 e 0,7% em 2019. No entanto, em 2020, o PIB registrou uma queda acentuada de -6,3% (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023b).

A economia uruguaia também enfrentou desafios relacionados à inflação. O índice de preços ao consumidor teve um aumento significativo durante o governo de Vázquez, com uma taxa de inflação de 8,7% em 2015, 9,6% em 2016, 6,2% em 2017, 7,6% em 2018 e 7,9% em 2019. Em 2020, a inflação atingiu 9,8%. Ao final de seu governo, em comparação com o início, houve um aumento de 1,1% na taxa de inflação (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023a).

Em relação ao índice de preços ao consumidor, as variações ao longo do governo de Vázquez foram notáveis. Em 2015, o índice estava em 9,4%, diminuiu para 7,8% em 2016, subiu para 7,5% em 2017, atingiu 8,5% em 2018, caiu para 6,1% em 2019 e terminou em 9,1% em 2020 (CEPALSTAT, 2023).

Visto isso, redirecionando o olhar para Argentina, mais em específico, para o governo argentino de Alberto Fernandez (2019-Atualmente), que desde sua vitória, seu governo enfrentou diversas adversidades, a primeira foi a pandemia no ano de 2020, causada pela COVID-19. A rápida resposta a COVID-19, foi bem recebida pelo público, causando a elevação da opinião popular sobre o seu governo. Contudo, a aprovação popular sobre o seu governo acabou por cair vertiginosamente com o passar da pandemia. Pois o foco dos problemas passara a ser a corrupção, violência, desemprego e inflação que foram agravados pelas medidas adotadas pelo governo de Alberto Fernandez para combater a pandemia. A exemplo dessas dificuldades, inclui-se um aumento na taxa de pobreza para 44% da população argentina, com 4 milhões de pessoas enfrentando a escassez de alimentos e uma taxa de 10% de indigentes (MONTAL, VAZQUEZ, 2020; SCHRAFF, 2020; INFOBAE, 2020c).

Além disso, seu governo acabou por encontrar resistência de diversos setores produtivos da sociedade argentina, além da já estabelecida oposição ao seu governo. Visto o projeto que almejava taxar as grandes fortunas, culminando em um grande debate na Argentina, resultando na ostensiva rejeição por parte de vários setores da sociedade, como a já mencionada oposição ao seu governo, além de vários setores econômicos como as confederações rurais, entidades empresariais e Câmara Argentina de Comercio (INFOBAE, 2020e).

Outra adversidade enfrentada pelo governo de Alberto Fernandez, se tratava da dívida argentina, perante os credores estrangeiros. Tanto privados quanto o FMI. Sendo assim, em

primeiro lugar se iniciaram as negociações com os credores privados, os quais após muitas negociações, aceitaram receber US\$54,8 dólares para cada US\$100 dólares devidos. Em seguida, o governo de Alberto Fernandez se concentrou em negociar com o FMI, o qual em um primeiro momento em 28 de janeiro de 2022 negociou a dívida argentina em um valor de US\$40 bilhões de dólares, contudo, em 3 de março de 2022, o governo argentino veio a renegociar a dívida através de um novo convênio creditício, resultando de US\$45 milhões de dólares (G1, 2022; ESTADO DE MINAS, 2022; MONTAL, VAZQUEZ, 2020).

Além das questões econômicas e da dívida, o governo de Alberto Fernandez, com o viés ideológico peronista, também enfrentou desafios em sua inserção internacional devido à presença de governos com o espectro político mais à direita do centro ideológico, nos países vizinhos. Essa dinâmica complicou as relações regionais e a cooperação, gerando um relativo isolamento para o seu governo na região. A exemplo, temos o governo de Piñera no Chile, Añez na Bolívia, Mário Abdo no Paraguai, Jair Bolsonaro no Brasil e Lacalle Pou no Uruguai (MONTAL, VAZQUEZ, 2020).

Em relação ao Brasil, o maior parceiro econômico da Argentina na América do Sul, as relações foram afetadas pela distância ideológica com o governo de Bolsonaro e pela importância da associação econômica com o país vizinho. Isso gerou tensões internas, refletindo conflitos entre a ideologia e os interesses econômicos, limitando as opções do governo para se relacionar com seu principal parceiro regional (MONTAL, VAZQUEZ, 2020).

Sendo assim, vale mencionar alguns indicadores econômicos do fim do mandato de Alberto Fernández, que em comparação com o governo de Mauricio Macri, a taxa de desemprego desceu para 6,2% da população, contudo, a taxa de inflação mensal no ano de 2023 e de 12,7% até o mês de setembro de 2023, totalizando uma inflação anual acumulada de 103,2%, e quando analisada a inflação interanual, totaliza um valor de 138,3 (INDEC, 2023a, 2023b). Por fim, quando a aprovação de acordo com a Universidad Torcuato Di Tella (2023), em abril de 2020 a aprovação de Alberto Fernandez em uma escala de 0 a 5, era de 3,29, contudo em setembro de 2023, sua aprovação diminuiu para 1,03. Caindo vertiginosamente após a pandemia. Sendo um número pior que o seu antecessor tinha no término de seu mandato de 1,97 pontos.

Visto o governo de Alberto Fernandez, pode-se retornar o olhar para o governo de Jair Bolsonaro (2019-2022). De acordo com Lupion (2022), a evolução dos indicadores socioeconômicos do governo Bolsonaro pode ser dividida em três fases. A primeira fase é marcada por um fraco crescimento econômico, contudo, inflação sob controle e desemprego relativamente estável. Já a segunda fase, sofreu forte impacto da pandemia, alcançando altos

índices de desemprego e recessão. Por fim, há a terceira fase, quando finaliza a pandemia, onde o seu governo passou a apresentar melhora em vários índices econômicos, mesmo que sob efeito da guerra da Ucrânia.

Sendo assim, a primeira fase resultou em baixo crescimento econômico, muito devido em parte ao caos institucional promovido por Jair Bolsonaro, que afastara os investidores e consumidores. Desta forma, a taxa de investimento externo foi baixa, devido à incerteza do momento. Já em 2020, se inicia a segunda fase, que em virtude da pandemia resultou em uma retração profunda e considerável da economia, em 3,9% do PIB, e aumento do desemprego, alcançando no 4º trimestre deste ano o valor de 14,2%. Já no primeiro trimestre de 2021 há o pico de desemprego com valor de 14,9%. Contudo a tendência de queda do PIB começa a se reverter, assim como a taxa de desemprego (CONSIDERA, 2022; LUPION, 2022; IBGE, 2023b, 2023c).

Quanto à inflação, nos primeiros anos do governo de Jair Bolsonaro, conseguiram se manter estáveis, em 2019, a inflação foi de 4,25%, em 2020 a inflação foi de 4,52%. Contudo, no ano de 2021, a inflação se acumulou em 10,06%. Muito acima da meta do Banco Central de 4% (IBGE, 2020, 2021; LUPION, 2022).

Já a pobreza, no primeiro ano do governo de Jair Bolsonaro melhorou, contudo, no segundo ano teve uma leve piora e no terceiro ano, houve uma explosão da pobreza, saindo de 19,5% dos moradores das regiões metropolitanas nesta condição, para 23,7% em 2021. De qualquer forma, ao final de seu mandato, Jair Bolsonaro deixou um desemprego de 7,9%, e uma inflação de 5,79%, mostrando uma recuperação de alguns índices econômicos no pós-pandemia (IBGE, 2022, 2023d; LUPION, 2022).

Outro problema do governo de Jair Bolsonaro, foram as questões ambientais, sendo criticado no congresso por ambientalistas e parlamentares. Além disso, o governo foi criticado por outros países quanto às políticas ambientais adotadas por seu governo. Alguns dos resultados foram a suspensão de verbas por parte da Alemanha para as iniciativas de proteção climática. Quanto à Noruega, cortou seu crédito para o fundo da Amazônia. Por último, o Presidente da França, Emmanuel Macron, se aproveitou dos problemas ambientais, para absorver a pressão dos agricultores franceses contra o tratado de livre comércio entre MERCOSUL e União Europeia (AGÊNCIA SENADO, 2019; ALEGRE, 2019; DEUTSCHE WELLE, 2020).

Visto o governo de Jair Bolsonaro, será analisado o governo do Paraguai, mais especificamente para o governo de Mario Abdo (2018-2023). Quanto a isso, o Paraguai enfrenta um desafio significativo em relação à corrupção, que permeia diversos níveis do governo e da

sociedade. Essa questão representa uma grande preocupação para o governo de Mário Abdo, especialmente porque seu governo se baseia em uma coalizão política que inclui atores com histórico questionável, o que pode comprometer sua reputação. Além disso, as investigações em curso realizadas por Mário Abdo contra membros do governo anterior podem aumentar as tensões entre Mário Abdo e Horácio Cartes. Isso, por sua vez, poderia levar Horácio Cartes a tentar minar o governo de Mario Abdo (ELLIS, 2018).

Quanto a desafios relativos à segurança, facções criminosas brasileiras como o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV), afetam diretamente a segurança do Paraguai, ao tornarem suas ações mais ativas no país. Isso se dá, visto que o Paraguai por ser um país central, se torna uma região com grande fluxo de dinheiro, pessoas e drogas. Sendo o Paraguai o segundo maior produtor de maconha da América Latina depois do México, responsável por 50% do mercado de maconha da América do Sul e por 15% da produção mundial de maconha. Além disso, outro problema de segurança se trata do Exército do Povo Paraguaio (EPP), grupo paramilitar, que atua no país (ELLIS, 2018, 2019; FERRI, PARDO, 2014).

Em vista às relações externas, o governo está buscando expandir o comércio com a comunidade internacional. No entanto, o interesse de outras potências, como a República Popular da China, que está aumentando sua presença econômica no país, a Rússia, que está tentando fortalecer suas relações econômicas, militares e políticas com o Paraguai, está gerando tensões com os Estados Unidos. Essas tensões, muitas vezes, são resultado de mal-entendidos e divergências de interesses (ELLIS, 2018).

Quanto aos dados econômicos, em 2018 o nível de pobreza era de 24,2%, em 2019 era de 23,5%, em 2020 era de 26,9%, em 2021 era de 26,9%, em 2022 era de 24,7%. Sendo assim, a diferença entre o início e final de seu governo foi de um aumento de 0,5%. Quanto a pessoas com menos de um salário-mínimo, em 2018, o número era de 34,9%, em 2019 era de 33,6%, em 2020 era de 38,1%, em 2021 era de 36,8%, e em 2022 era de 36,5%, com uma diferença de 1,6% a mais pessoas ganhando menos de um salário-mínimo (INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA PARAGUAY, 2022a,2022b).

Por fim, relativo aos dados econômicos, se nota que uma das principais causas da piora nos índices econômicos e sociais, com exceção da pandemia, o qual por visto, foi um dos desafios enfrentados pelo governo de Mário Abdo, o qual conseguiu agir de forma rápida, através da suspensão dos vistos dos cidadãos da República Popular da China, isolamento preventivo nacional e posteriormente quarentena total, além de fechar as fronteiras com os vizinhos, sendo o seu país beneficiado pelo isolamento geográfico, conseguiu deter um grande

avanço da COVID-19. Contudo, durante este período o seu governo sofrera com alguns protestos, relativo a colapso de hospitais, falta de remédios, os quais resultaram em um pedido de impeachment a qual não teve êxito, sendo logo derrubado (VEJA, 2021; ATTANASIO, 2020).

Visto o governo de Mario Abdo, será estudado o governo de Lacalle Pou (2020-Atualmente), sendo um dos primeiros desafios do seu governo a pandemia causada pela COVID-19. Em 13 de março de 2020, quando surgiu o primeiro caso de COVID-19, o seu governo decreta emergência sanitária nacional, fechando parcialmente as fronteiras, suspendendo espetáculos públicos e aconselhou a população a aumentar as medidas de higiene, pouco tempo depois as aulas foram suspensas (CARNEIRO *et al*, 2020).

Desta forma, o Uruguai conseguiu controlar o avanço da doença no país minimizando os casos de mortes, em relação a outros países. Ao dar uma resposta ágil ao problema. Dessa maneira, de acordo com Carneiro *et al* (2020), as medidas do governo no que se refere a perspectiva sanitária, foram consideradas adequadas, em suas palavras:

Las innovaciones realizadas en el marco de la emergencia, como la flexibilización del seguro de desempleo y el aumento de los montos de las transferencias existentes y la creación de transferencias transitorias para trabajadores informales, también son medidas que van en la dirección correcta (CARNEIRO *et al*, 2020, p.139).

Consequentemente, com essas medidas o governo de Lacalle Pou, conseguiu dar um bom proveito para o caso da pandemia. Contudo, outro fator desafiante para o governo de Lacalle Pou, foi a tensão entre o sindicalismo e o governo durante 2020, que fora agravada pela pandemia. Sendo outro desafio a Lacalle Pou foi o baixo crescimento econômico, de modo que o mesmo teria de fazer política de austeridade e estabelecimento de uma regra fiscal, a abertura de debate sobre reformas do sistema de segurança social e pensões (MARTÍNEZ, 2020).

Por último, sabe-se que Lacalle Pou recebeu o governo com -6,3 em 2020, em 2021 o crescimento do PIB fora de 5,3%, em 2022 fora de 4,9%, em 2023 de 1%. Quanto ao nível de desemprego em 2020 era de 8,5%, em 2021 era de 10,7%, em 2022 era de 7,0% em 2023 era de 8,5%. Quanto a inflação era de 9,8% em 2020, em 2021 era de 7,7%, em 2022 era de 9,1%, e em 2023 era de 6,1% (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2023b, 2023a; INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA, 2023).

Neste contexto, ao analisar os governos de Mauricio Macri, Michel Temer, Horácio Cartes, Tabaré Vázquez, Alberto Fernández, Jair Bolsonaro, Mario Abdo, e Lacalle Pou, é evidente que cada líder enfrentou desafios específicos durante seus mandatos. Desde questões

econômicas e sociais até desafios políticos e de relações internacionais, os líderes tiveram que tomar decisões complexas para enfrentar as adversidades.

O governo argentino de Mauricio Macri, marcado por problemas econômicos e descontentamento popular, contrasta com as dificuldades enfrentadas por Alberto Fernández, especialmente relacionadas à pandemia e à gestão da crise econômica. No Brasil, Michel Temer buscou soluções para a recessão, enquanto Jair Bolsonaro lidou com desafios ambientais e socioeconômicos, além dos impactos da pandemia.

Horácio Cartes, no Paraguai, enfrentou desafios de segurança e isolamento internacional, enquanto Mario Abdo teve que lidar com a corrupção e protestos durante sua gestão. Tabaré Vázquez, no Uruguai, enfrentou aumento do desemprego e desafios econômicos. Já Lacalle Pou, também no Uruguai, concentrou-se na resposta eficaz à pandemia e em medidas de austeridade.

Cada governo se deparou com desafios únicos, e a análise dessas nuances oferece uma visão mais profunda das complexidades políticas e econômicas na América do Sul. Essas questões serão minuciosamente examinadas à luz da Teoria de Mattli nas considerações finais, que serão apresentadas no próximo capítulo. Lá, essas reflexões se entrelaçarão com as descobertas e análises dos capítulos anteriores, enriquecendo ainda mais a compreensão do panorama político e econômico da região delineado ao longo desta obra.

## 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante a realização deste estudo, buscou-se compreender os principais obstáculos econômicos e políticos que afetam a integração do MERCOSUL, concentrando nos países fundadores no período entre 2016 e 2022. Com esse propósito em mente, foi delineado três objetivos específicos: revisar a literatura relacionada à formação e evolução do MERCOSUL, identificar e analisar os principais obstáculos econômicos do período em questão, e avaliar as estratégias diplomáticas adotadas pelos líderes das nações em relação ao MERCOSUL e seu impacto na dinâmica do bloco.

Considerando isso, o embasamento teórico aponta que o êxito de uma integração regional gira em torno de três fatores essenciais: a Demanda, a Oferta e a resolução dos problemas de coordenação. A demanda diz respeito ao interesse do mercado em iniciar a integração para reduzir os custos de troca, baseado no potencial de ganhos econômicos da região. A oferta refere-se à disposição e capacidade dos líderes políticos de cada Estado integrante em atender a essa demanda. Por fim, os problemas de coordenação abrangem as dificuldades na harmonização das políticas e ações entre os Estados de maneira eficaz para a integração. Contudo, o dilema da coordenação pode ser resolvido com a presença de um “líder benevolente”, que custeie a integração e que sirva de pivô para a integração regional, contudo, essa líder benevolente deve possuir uma liderança inquestionável.

No que diz respeito à formação e evolução do MERCOSUL, observa-se que o bloco é uma resposta às mudanças no contexto internacional ao longo das décadas, impulsionadas pela globalização e regionalização. Após a Segunda Guerra Mundial, com a criação da CEPAL, diversos estudos apontaram a necessidade de integração regional para as nações latino-americanas se reintegrarem ao mercado global. O Pensamento Cepalino, por exemplo, propôs que essa integração envolvesse liberalização econômica e substituição de importações nas economias da região.

Isso resultou na criação da ALALC e da ALADI, as quais, no entanto, acabaram por fracassar. Nota-se com base na Teoria de Mattli, que essas organizações não conseguiram obter êxito devido ao dilema da coordenação, e devido à falta de um líder benevolente. No entanto, dadas as vulnerabilidades econômicas da região, o Brasil e a Argentina se uniram durante a crise econômica e social dos anos 80, o que posteriormente levaria a formação do MERCOSUL. De modo que, de acordo com a Teoria de Mattli, pode-se explicar o interesse dos governos dos países do MERCOSUL em se integrarem, visto que tal união poderia trazer ganhos econômicos que dessem maior estabilidade e força para seus governos.



Após a criação do MERCOSUL, houve avanços na liberalização econômica, incluindo a redução das tarifas alfandegárias e a eliminação de produtos sujeitos a exceções nacionais. No entanto, barreiras não tarifárias dificultaram o processo de liberalização, indicando uma falta de coordenação entre os países. Contudo, de qualquer forma, nos anos seguintes o bloco prosperaria através de vários acordos entre seus membros, durando até os dias atuais.

Quanto aos obstáculos econômicos dos membros fundadores do MERCOSUL de 2016 a 2022, pode-se dividir em dois momentos. No primeiro ponto, aborda-se os governos de Mauricio Macri na Argentina, Michel Temer no Brasil, Horácio Cartes no Paraguai e Tabaré Vázquez no Uruguai. Em um segundo momento, temos Alberto Fernández na Argentina, Jair Bolsonaro no Brasil, Mario Abdo no Paraguai e Luis Lacalle Pou no Uruguai.

Sendo assim, relativo ao primeiro momento, com base no que foi apresentado durante a produção deste trabalho, em especial no capítulo 5, sobre Desafios Estruturais dos Membros do MERCOSUL de 2016 a 2022, nota-se que a Argentina de Mauricio Macri apresentou grandes problemas econômicos em praticamente todos os setores de sua economia. O mesmo pode ser dito do Brasil de Michel Temer, o qual também estava passando por uma grande crise política e, principalmente, econômica, sendo forçado a adotar medidas de austeridade econômica. Sendo assim, nota-se que nenhuma das duas maiores economias do bloco estava apta para cumprir o papel de líder benevolente que assumisse os custos da integração regional do MERCOSUL.

Quanto ao Paraguai, o mesmo também não passava por uma boa situação econômica, visto que seus dados econômicos se deterioraram ainda mais durante o governo de Horácio Cartes. Já o Uruguai de Tabaré Vázquez apresentou uma relativa estagnação econômica em seu início e uma posterior piora em sua economia. Em suma, neste primeiro momento, nem a Argentina, nem o Brasil, nem o Paraguai e nem o Uruguai estavam passando por boas condições econômicas.

Deste modo, baseado na Teoria de Mattli, o que se espera nessa situação é que os governos relativos a cada um desses países tivessem um maior interesse na integração regional, visando melhorar suas economias e fortalecer seus governos. Nesse contexto, essa premissa é de fato verdadeira, contudo, este interesse não era direcionado ao MERCOSUL. Nota-se que a abordagem diplomática desses países em relação ao bloco foi um tanto peculiar, visto que o MERCOSUL acabou por ser utilizado como uma espécie de trampolim para uma abertura econômica em direção à Aliança do Pacífico e à União Europeia.

Nesse contexto, é visível que, diante de suas economias em declínio, os membros do MERCOSUL estavam em busca de novos mercados que pudessem trazer algum benefício

econômico. Além disso, outra medida adotada pelos governos já citados foi a busca pela flexibilização do bloco, com vistas a permitir que cada membro pudesse realizar acordos com países não pertencentes ao bloco. Nota-se que essa flexibilização é algo que pode afetar a coordenação do MERCOSUL, visto que, assim, cada país pode realizar acordos individuais em detrimento dos outros, tornando o bloco ainda mais complexo. Isso, como se não bastasse, à impossibilidade dos maiores membros do MERCOSUL de agirem como líderes benevolentes que paguem os custos da integração regional.

Quanto ao segundo momento, nota-se que o governo de Alberto Fernández conseguiu ter um desempenho econômico ainda pior que o seu antecessor, o que se deve em grande parte ao momento *sui generis* com a pandemia causada pela COVID-19, instaurada em todo o mundo. As medidas sanitárias acabaram por agravar ainda mais a já fragilizada economia Argentina. O mesmo pode ser dito do governo de Jair Bolsonaro, o qual, em um primeiro momento, por mais que inicialmente tenha conseguido melhorar de forma tímida a economia do Brasil, em um segundo momento acabou por ver o país em uma grande recessão. Sendo assim, nota-se que tanto a Argentina quanto o Brasil continuaram sem condições econômicas de serem os líderes benevolentes do MERCOSUL.

Quanto ao Paraguai de Mario Abdo, este, por sua vez, conseguiu enfrentar a COVID-19 de forma mais eficaz, pelo menos em relação a outros países da região, contudo, ainda assim, houve uma piora econômica. Já o Uruguai de Lacalle Pou, também conseguiu enfrentar a COVID-19 de forma mais eficaz que outros países da região, contudo, seu desempenho econômico foi baixo, desta forma, o mesmo acabou por aplicar medidas de austeridade fiscal.

Desta forma, assim como no primeiro momento, baseado na Teoria de Mattli, o que se esperaria desses governos é que estivessem mais aptos a absorver as demandas por integração. Contudo, como aconteceu antes, o interesse por flexibilizar o MERCOSUL continuou, principalmente por parte do Brasil, Paraguai e Uruguai. Quanto à Argentina, esta apresentou suas devidas preocupações quanto a esta política, contudo, por seu isolamento ideológico e político na região, a Argentina não foi tão incisiva.

Em suma, como resposta a questão: Quais foram os obstáculos econômicos e políticos de maior relevância que influenciaram a integração do MERCOSUL, com enfoque nos países fundadores, no período entre 2016 e 2022, e de que forma esses desafios afetaram a coesão e o desempenho do bloco regional? Os principais obstáculos econômicos derivaram do fraco desempenho de todos os países do MERCOSUL, com ênfase especial no caso do Brasil e da Argentina. Isso impediu que eles atuassem como líderes benevolentes, capazes de financiar os custos da integração no MERCOSUL e, conseqüentemente, resolver o dilema da coordenação.

Além desse problema, é notável que, durante o período de 2016 a 2022, os membros do MERCOSUL demonstraram pouco comprometimento real com o bloco, utilizando-o apenas como um trampolim para acessar mercados em outras integrações regionais. Além disso, em nenhum momento o Brasil ou a Argentina agiram como líderes que buscassem ativamente fortalecer a integração do MERCOSUL.

Em suma, os desafios econômicos mais significativos foram o fraco desempenho econômico e a falta de liderança efetiva por parte dos membros fundadores, o que impactou negativamente a coesão e o desempenho do MERCOSUL durante o período em questão. Sendo assim, quanto a hipótese proposta de que os principais desafios para a integração completa do MERCOSUL estão relacionados à significativa disparidade entre as economias de seus países-membros e à relutância do Brasil em liderar uma integração mais profunda, potencialmente relegando o MERCOSUL a um papel secundário, fora confirmada, visto que durante esse período o Brasil de fato renegara o MERCOSUL a um segundo plano, ademais, quando a disparidade entre as economias fora aprofundada durante a pandemia. Esse cenário diminuiu o interesse dos países membros de aprofundarem a integração econômica entre si.

## REFERÊNCIAS

ACHARYA, Amitav. Regional Worlds in a Post-Hegemonic Era. In: **3rd GARNET Annual Conference**, Bordeaux, p. 17-20. Set. 2008. Disponível em: <<https://shs.hal.science/halshs-03604871/document>>. Acesso em: 30 set. 2023.

AGÊNCIA SENADO. **Ambientalistas criticam política ambiental de Bolsonaro**. 2019. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2019/06/06/ambientalistas-criticam-politica-ambiental-de-bolsonaro>>. Acesso em 19 de out. 2023

AGOSTINE, C.; RAMALHO, A. **Paulo Guedes diz que Mercosul não é prioridade de Bolsonaro**. Valor Econômico, 28 out. 2018. Disponível em: <<https://valor.globo.com/politica/noticia/2018/10/28/paulo-guedes-diz-que-mercosul-nao-e-prioridade-de-bolsonaro.ghtml>> Acesso em 27 set. 2023.

ALBAREDA, A.; TORRES, R. L. Quebra de Contrato Social e Desconfiança nas Instituições Públicas: Desafios para o Desenvolvimento Socioeconômico no Brasil. **Desenvolvimento em Questão**, [S. l.], v. 20, n. 58, p. e11865, 2022. DOI: 10.21527/2237-6453.2022.58.11865. Disponível em:<<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/desenvolvimentoemquestao/article/view/11865>>. Acesso em: 23 de out. 2023.

ALEGRE, Laura. **Medidas do Ministério do Meio Ambiente geram críticas internacionais**. 2019. Jornal da USP. Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/medidas-do-ministerio-do-meio-ambiente-geram-criticas-internacionais/>>. Acesso em 19 de out. 2023.

ARGENTINA. **Discurso completo del presidente Alberto Fernández**. Buenos Aires. 2019. Disponível em: <[https://www.hcdn.gob.ar/export/hcdn/secparl/dgral\\_info\\_parlamentaria/dip/archivos/Asuncion\\_-\\_Discurso\\_completo\\_del\\_presidente\\_Alberto\\_Fernandez.pdf](https://www.hcdn.gob.ar/export/hcdn/secparl/dgral_info_parlamentaria/dip/archivos/Asuncion_-_Discurso_completo_del_presidente_Alberto_Fernandez.pdf)>. Acesso em: 09 de outubro de 2020.

ATTANASIO, Angelo. **3 pontos-chave para entender como o Paraguai conseguiu conter a disseminação do coronavírus, apesar de estar no 'epicentro' da pandemia**. BBC. 2020. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/internacional-53117602>>. Acesso em: 21 de out. 2023.

BARTHELMESS, E. **As relações Brasil-Argentina no aniversário da Declaração do Iguazu**. Cadernos de Política Exterior, v. 3, p. 27–43, 2016.

BAUMANN, Renato. **Mercosul: Avanços e desafios da integração**. 1. ed. Brasília: Ipea, 2001.

BOLSONARO, J. M. **Precisamos nos livrar das amarras do Mercosul e partir para o bilateralismo. O Brasil tem autonomia para fazer comércio com o mundo todo! 25 ago. 2017**. Twitter: @jairbolsonaro. Disponível em: <<https://twitter.com/jairbolsonaro/status/901143413587890176>>. Acesso em 26 set. 2023.

BRESSAN, R. N.; MENEZES, R. G.; RIBEIRO, A. Da Silva. **Aos trancos e barrancos: o**

Mercosul na Política Externa Brasileira (2015-2021). *Brazilian Journal of International Relations*, Marília, SP, v. 10, n. 1, p. 32–54, 2021. DOI: 10.36311/2237-7743.2021.v10n1.p32-54. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/bjir/article/view/12549>. Acesso em: 30 set. 2023.

BUSSO, A. (2022). **La política exterior de Alberto Fernández ante las turbulencias internas e internacionales**. *Revista de Investigación en Política Exterior Argentina*. v.2, n°3, p.183-199. Disponível em: [https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/201790/CONICET\\_Digital\\_Nro.62e742fe-7bb6-4912-8399-de4800954c50\\_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y](https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/201790/CONICET_Digital_Nro.62e742fe-7bb6-4912-8399-de4800954c50_B.pdf?sequence=2&isAllowed=y)>. Acesso em: 9 de Out. de 2023.

BUSSO, A.; ZELICOVICH, J. **El gobierno de Mauricio Macri y la integración regional: ¿desde el MERCOSUR a la Alianza del Pacífico?**. *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 7, n. 37, p. 17–24. 2016. DOI: 10.22456/2178-8839.66725. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/66725>>. Acesso em: 9 out. 2023.

CARNEIRO, F. et al. **Mercado de trabajo, cambio de gobierno y COVID-19 en Uruguay: Un balance preliminar**. *Sociología del trabajo- Estudios culturales- Narrativas sociológicas y literarias*, n. 35, v. XXI, p. 1-15, Invierno 2020. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7556993>>. Acesso em 22 de Out. 2023

CASTRO, Francisco José Gouveia de. **Crise econômica e os desafios do governo Michel Temer**. *Análise Conjuntural*, v. 38, n. 7-8, jul./ago. 2016. Disponível em: [http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol\\_38\\_4\\_a.pdf](http://www.ipardes.gov.br/biblioteca/docs/bol_38_4_a.pdf)>. Acesso em: 23 de out. 2023.

CAVALCANTI, F. G. O Mercosul pós-Dilma Rousseff e o retorno do regionalismo aberto. In: BRICEÑO RUIZ, José et al. (Coord.). **La integración latinoamericana en debate: incertidumbre, formatos institucionales fragmentados y caminos alternativos latentes**. Buenos Aires: Editorial Teseo, 2019, p.69-96. Disponível em: <https://www.teseopress.com/laintegracionlatinoamericana/chapter/o-mercosul-pos-dilma-rousseff-e-o-retorno-do-regionalismo-aberto/>>. Acesso em 30 de Set. 2023.

CEPAL (1994a). CINQUENTA ANOS DE PENSAMENTO NA CEPAL – UMA RESENHA. In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL (1994b). O regionalismo aberto na América Latina e no Caribe; a integração econômica a serviço da transformação produtiva com equidade, In: BIELSCHOWSKY, Ricardo (Org.). **Cinquenta anos de pensamento na CEPAL**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

CEPAL. **El regionalismo abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. 1. ed. Santiago de Chile: Naciones Unidas, 1994. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/server/api/core/bitstreams/b17a2f97-4a73-4840-9694-1ee9089baacd/content>>. Acesso em 30 de set. 2023.

CEPAL. **Sobre**. (c2022). Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/sobre> >. Acesso em: 14 de jul, 2022.

CEPALSTAT. **Tasa de crecimiento anual del índice de precios al consumidor No transable: diciembre a diciembre.** 2023. Disponível em:

<<https://statistics.cepal.org/portal/cepalstat/dashboard.html?theme=2&lang=es>>. Acesso em: 22 de out. 2023.

CIFRA. **El balance fiscal de los dos primeros años del gobierno de Macri:** Ajuste con crecimiento del déficit. Buenos Aires: CIFRA, 2018. Disponível em:

<<https://www.iade.org.ar/noticias/el-balance-fiscal-de-los-dos-primeros-anos-del-gobierno-de-macri-ajuste-con-crecimiento-del>>. Acesso em: 23 de out. 2023

CHABAY, Ezequiel M. **Alberto y Bolsonaro pujan por imponer sus modelos del**

**Mercosur:** “Patria Grande” o libre comercio recargado. El Cronista, 30 nov. 2020. Disponível em:<<https://www.cronista.com/economia-politica/Alberto-y-Bolsonaro-pujan-por-imponer-sus-modelos-del-Mercosur-Patria-Grande-o-libre-comercio-recargado-20201130-0041.html>>.

Acesso em: 09 de out. 2023

COMPROMISO POR EL PAÍS. **Compromiso por el País.** 2019. Disponível

em:<<https://lacallepou.uy/compromiso.pdf>>. Acesso em: 23 out. 2023.

CONSIDERA, Claudio Monteiro. **A trajetória de sete indicadores econômicos sob**

**Bolsonaro.** 2022. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-trajet%C3%B3ria-de-sete-indicadores-econ%C3%B4micos-sob-bolsonaro/a-63302330>>. Acesso em: 19 de out. 2023.

CORAZZA, G. O **“regionalismo aberto” da CEPAL e a inserção da América Latina na**

**globalização.** Ensaios FEE, v. 27, n. 1, p. 135-152, maio 2006. Disponível em: <<https://revistas.planejamento.rs.gov.br/index.php/ensaios/article/view/2114/2496>>. Acesso em 30 de set. 2023.

COSTA, K. **Guedes defende flexibilizar acordos comerciais com países do Mercosul.**

Rádio Nacional. 2021. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/radioagencia-nacional/economia/audio/2021-04/guedes-defende-flexibilizar-acordos-comerciais-com-paises-do-mercosul>>. Acesso em 27 set. 2023.

CRAIDE, S.; GIRALDI, R. **Brasil e Chile querem aproximar Mercosul e Aliança do**

**Pacífico.** Agência Brasil, Brasília, 22 mar. 2019. Internacional. Disponível em:<<https://agenciabrasil.ebc.com.br/internacional/noticia/2019-03/brasil-e-chile-querem-aproximar-mercosul-e-alianca-do-pacifico>>. Acesso em: 01 de Out. 2023.

DADUSH, Uri; BALTENSPERGER, Michael. **The European Union-Mercosur Free Trade**

**Agreement:** prospects and risks. Bruegel Policy Brief. 2019. Disponível em: <<https://www.bruegel.org/policy-brief/european-union-mercosur-free-trade-agreement-prospects-and-risks>>. Acesso em 30 de Set. 2023.

DATHEIN, Ricardo. **Integração econômica e políticas de desenvolvimento: experiências e**

**perspectivas para a América Latina.** Análise Econômica (UFRGS) , v. 25, p. 49-69, 2007.

DE CASTRO VIEIRA, J. **As Experiências de Integração da ALALC e ALADI.** Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas, [S. l.], v. 9, n. 1, 2015. Disponível

em:<<https://periodicos.unb.br/index.php/repam/article/view/16049>>. Acesso em: 16 jul. 2022.

DEUTSCHE WELLE. **Análise: Brasil, um ano no foco da crítica ambiental mundial.** 2020. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/an%C3%A1lise-brasil-um-ano-no-foco-da-cr%C3%ADtica-ambiental-mundial/a-54452797>>. Acesso em 19 de out. 2023.

DEUTSCHE WELLE. **Tabaré Vázquez toma posse como presidente do Uruguai.** 2015. Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/tabar%C3%A9-v%C3%A1zquez-toma-posse-como-presidente-do-uruguai/a-18288095#:~:text=V%C3%A1zquez%20tem%20como%20principais%20desafios%20em%20seus%20cinco,seguran%C3%A7a%20e%20ainda%20em%20rela%C3%A7%C3%A3o%20ao%20d%C3%A9ficit%20fiscal.>>. Acesso em: 22 de out. 2023.

DOMINGUEZ, Juan Jose. **Alberto Fernández: “Volver a potenciar el Mercosur”.** Chequeado, 10 dez. 2020. Disponível em: <https://chequeado.com/promesas-chequeadas/alberto-fernandez-volver-a-potenciar-el-mercosur/>. Acesso em: 09 out. 2023.

EL PAIS. **Nin Novoa quiere más libertad para negociar fuera del Mercosur.** 2015. El Pais. Disponível em: <<https://www.elpais.com.uy/informacion/nin-novoa-quiere-mas-libertad-para-negociar-fuera-del-mercosur>>. Acesso em: 12 de Out. 2023

ELLIS, Evan. **“Corruption, Intrigue and Hope in the Land of Soy: The Mario Abdo Benítez Government in Paraguay, and The Extra-Hemispheric Actors Wooing Him”.** Global Americans. 2018. Disponível em:<<https://theglobalamericans.org/2018/11/corruption-intrigue-and-hope-in-the-land-of-soy-the-mario-abdo-benitez-government-in-paraguay-and-the-extra-hemispheric-actors-wooning-him/>> . Acesso em 20 de out. 2023

ELLIS, Evan. **As Forças Armadas Paraguaianas na Luta contra o Crime Organizado e a Insegurança.** MILITARY REVIEW. 2019. Disponível em:<<https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/Portuguese/Ellis-As-Forcas-Armadas-Paraguaias-na-Luta-contr-o-Crime-Organizado-e-a-Inseguranca-POR-Q3-2019.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2023.

ESTADO DE MINAS. **Argentina fecha acordo com FMI para refinarciat dívida de US\$ 45 bi.** 2022. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/03/03/interna\\_internacional,1349855/argentina-fecha-acordo-com-fmi-para-refinanciar-divida-de-us-45-bi.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2022/03/03/interna_internacional,1349855/argentina-fecha-acordo-com-fmi-para-refinanciar-divida-de-us-45-bi.shtml). Acesso em 23 de out. 2023.

FAJARDO, José Marcos Castellani. **Acordo Tripartite Itaipu-Corpus: Ponto de inflexão entre a disputa geopolítica e a política de cooperação. Dissertação (Mestrado em Ciência Política)** - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2004. Orientador: Carlos Schmidt Arturi.

FALOMIR LOCKHART, N. **LA IDENTIDAD DE UNASUR: ¿REGIONALISMO POST-NEOLIBERAL O POST-HEGEMÓNICO?** Revista de Ciencias Sociales (Cr), v. II, n°140, 2013, p. 97-109. Disponível em: <<https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=15329874007>>. Acesso em 30 de Set. 2023.

FERNÁNDEZ, Pablo S. **Tensión: Uruguay no firma la declaración planteada por Brasil, Argentina y Paraguay y apuesta por el TLC con China.** El país. On-line. 18 de dez. de

2021. Mercosur. Disponível em: <Tensão: Uruguay no firma la declaración planteada por Brasil, Argentina y Paraguay y apuesta por el TLC con China - Información - 18/12/2021 - EL PAÍS Uruguay (elpais.com.uy)>. Acesso em 18 de fev. 2022.

FERRI, Pablo Ferri; PARDO, Jose Luis. **Paraguay's Marijuana Trade: The Bitter Green Smell of the Red Land**, InsightCrime. 2014, Disponível em: <<https://www.insightcrime.org/news/analysis/inside-paraguay-marijuana-trade-to-brazil/>>. Acesso em: 23 de out. 2023.

FIORITO, A. **La inflación en tiempos macristas**: La bancarrota intelectual del monetarismo en la Argentina. Circus: Revista Argentina de Economía, n. 7, p. 22-51, 2020. Disponível em: <<https://circusrevista.com.ar/wp-content/uploads/03-Fiorito.-La-inflaci%C3%B3n-en-tiempos-macristas-22-51b.pdf>>. Acesso em: 23 de out. 2023.

FREITAS, A. J.; FERNANDES, M. P. **Sobre fadas e confiança: Um ano de governo Macri**. Brazilian Keynesian Review, v. 3, n. 1, 2017. Disponível em: <[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjK7c71qYuCAxUVrpUCHU\\_YD2cQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.braziliankeynesianreview.org%2FBKR%2Farticle%2Fdownload%2F102%2F73%2F&usg=AOvVaw2whxZMUB\\_W3SbZySA-tWgw&opi=89978449](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwjK7c71qYuCAxUVrpUCHU_YD2cQFnoECAkQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.braziliankeynesianreview.org%2FBKR%2Farticle%2Fdownload%2F102%2F73%2F&usg=AOvVaw2whxZMUB_W3SbZySA-tWgw&opi=89978449)>. Acesso em 23 de out. 2023

FREITAS, Alexandre Jerônimo de; GHIBAUD, Javier Walter; CRESPO, Eduardo Alberto. **Promessas de um liberalismo tardio**: uma análise das políticas econômicas do governo Macri (2015-2019). Revista de Economia Contemporânea, v. 25, n. 2, p. 1-20, 2021. ISSN 1980-5527. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/198055272526>. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rec/a/g3pfdGvRpHbGKHYL4nWgkhj/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em 17 de out. 2023.

FRENKEL, A. (2016). **"Muevan el mundo que me quiero subir"**: Política exterior e integración regional en el gobierno de Mauricio Macri. Informe de Coyuntura ORALC, n°2, p.16-29. Universidad de la República. Disponível em: <<https://ri.conicet.gov.ar/bitstream/handle/11336/28986/Frenkel1.pdf?sequence=5&isAllowed=y>>. Acesso em: 9 de Out. de 2023.

FRENKEL, A. (2019). **Los perdedores de siempre: Apuntes sobre el acuerdo entre la Unión Europea y el Mercosur**. Nueva Sociedad, Opinión. Disponível em: <<https://nuso.org/articulo/ue-mercosur-europa-ganadores-perdedores-integracion/>>. Acesso em: 28 Set. 2023.

MERCOSUL. **Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM)**. 2021. Disponível em: <<https://web.archive.org/web/20181129054554/https://www.mercosur.int/pt-br/focem/>>. Acesso em 16 de jul. 2022.

G1. **Argentina fecha acordo com FMI para reestruturar dívida de mais de US\$ 40 bilhões**. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/01/28/argentina-fecha-acordo-com-fmi-para-reestruturar-divida-de-mais-de-us-40-bilhoes.ghtml>>. Acesso em 23 de out. 2023.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIRALDI, Renata. **Presidente do Paraguai reafirma que seu desafio é combater a**



**pobreza.** 2013. Agência Brasil. Disponível em:<<https://memoria.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/09/presidente-do-paraguai-reafirma-que-seu-desafio-e-combater-a-pobreza>>. Acesso em: 20 de out. 2023.

GUIMARÃES, Igor Silva. **Integração Econômica Regional e o Regionalismo Aberto no Mercosul.** [s.l.], 2019. *E-Book*. (p. 59).

HEDUVAN, Julieta H. **Un acercamiento a la política exterior paraguaya en la era Mario.** Boletim Informativo. 2021. Ano 3, nº 11. p. 59-61. Disponível em:<[http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/117601/Documento\\_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/117601/Documento_completo.pdf-PDFA.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 22 de fev. 2022.

HEDUVAN, Julieta. H. **Veinte años de política exterior paraguaya. Una mirada del 2000 al 2020.** Perspectivas Revista de Ciencias Sociales, v. 5, n. 10, p. 130-151, 2020. ISSN 2525-1112. Disponível em: <<https://perspectivasrcs.unr.edu.ar/index.php/PRCS/article/view/371/232>>. Acesso em: 15 out. 2023.

HIRST, M.; MACIEL, T. **BRAZIL'S FOREIGN POLICY IN THE TIME OF THE BOLSONARO GOVERNMENT.** SciELO Preprints, 2022. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.4771. Disponível em:<<https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/4771>>. Acesso em: 28 set. 2023.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - dezembro 2021.** 2021. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/dezembro-2021>>. Acesso em: 19 de out. 2023.

IBGE. **Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - dezembro 2020.** 2020. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/dezembro-2020>>. Acesso em: 19 de out. 2023.

IBGE. **Taxa de desocupação - 2016/3ºtri.** 2023<sup>a</sup>. Disponível em:<<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acesso em 19 de out. 2023

IBGE. **Taxa de desocupação - 2020/4ºtri.** 2023<sup>b</sup>. Disponível em:<<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acesso em 19 de out. 2023

IBGE. **Taxa de desocupação - 2021/1ºtri.** 2023<sup>c</sup>. Disponível em:<<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acesso em 19 de out. 2023

IBGE. **Taxa de desocupação - 2022/4ºtri.** 2023<sup>d</sup>. Disponível em:<<https://painel.ibge.gov.br/pnadc/>>. Acesso em 19 de out. 2023

IBGE. **IBGE - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - dezembro 2022.** 2022. Disponível em:<<https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/snipc/ipca/quadros/brasil/dezembro-2022>>. Acesso em: 19 de Out. 2023.

INDEC. **Índice de precios al consumidor (IPC). 2023 - Septiembre de 2023b.** Vol. 7, nº 31. Disponível em:

<[https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc\\_10\\_2365B9BAB45D.pdf](https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/ipc_10_2365B9BAB45D.pdf)>. Acesso em: 23 de out. 2023.

**INDEC. Mercado de trabajo. Tasas e indicadores socioeconómicos (EPH) - Segundo trimestre de 2023a. Trabajo e ingresos.** Vol. 7, nº7. Informes técnicos. Vol. 7, nº 195.

Disponível em:

<[https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado\\_trabajo\\_eph\\_2trim23D62E32C3E6.pdf](https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado_trabajo_eph_2trim23D62E32C3E6.pdf)>. Acesso em: 23 de out. 2023.

**INDEC. Mercado de trabajo. Tasas e indicadores socioeconómicos.** Informes técnicos / vol. 3 n° 232. 2019. Disponível em:

<[https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado\\_trabajo\\_eph\\_3trim19BCC9AAAD16.pdf](https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado_trabajo_eph_3trim19BCC9AAAD16.pdf)>. Acesso em 17 de Out. 2023

**INDEC. Mercado de Trabajo:** principales indicadores. Buenos Aires, 23 de agosto de 2016. Disponível em:

<[https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado\\_trabajo\\_eph\\_3trim19BCC9AAAD16.pdf](https://www.indec.gob.ar/uploads/informesdeprensa/mercado_trabajo_eph_3trim19BCC9AAAD16.pdf)>. Acesso em 17 de out. 2023

**INFOBAE. Juan Grabois: ‘Se equivocó compañero Presidente en sacar el IFE.’.** 2020c.

Disponível em: <https://www.infobae.com/politica/2020/12/08/juan-grabois-se-equivoco-companero-presidente-en-sacar-el-ife/>. Acesso em: 23 de out. 2023.

**INFOBAE. Siguen las críticas al impuesto a la riqueza: ahora se sumó una entidad rural con un fuerte comunicado.** 2020e. Disponível em: <[https://](https://www.infobae.com/economia/2020/09/07/siguen-las-criticas-al-impuesto-a-la-riqueza-ahora-se-sumo-una-entidad-rural-con-un-fuerte-comunicado/)

[www.infobae.com/economia/2020/09/07/siguen-las-criticas-al-impuesto-a-la-riqueza-ahora-se-sumo-una-entidad-rural-con-un-fuerte-comunicado/](https://www.infobae.com/economia/2020/09/07/siguen-las-criticas-al-impuesto-a-la-riqueza-ahora-se-sumo-una-entidad-rural-con-un-fuerte-comunicado/)>. Acesso em: 23 de out. 2023.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA PARAGUAY. Encuesta Permanente de Hogares 1997/98 - 2016, Encuesta Permanente de Hogares Continua 2017 - 2022.** Cuarto trimestre. Serie comparable. (2022a). Disponível em:

<[https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ine.gov.py%2Fassets%2Fdocumento%2F182%2FPobrez\\_a\\_py\\_EPH%25201997-98\\_2022.xls&wdOrigin=BROWSELINK](https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ine.gov.py%2Fassets%2Fdocumento%2F182%2FPobrez_a_py_EPH%25201997-98_2022.xls&wdOrigin=BROWSELINK)>. Acesso em: 20 de out. 2023.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA PARAGUAY. Encuesta Permanente de Hogares 2012-2016, Encuesta Permanente de Hogares Continua 2017-2022.** Cuarto trimestre. Serie comparable. (2022b). Disponível em:

<[https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ine.gov.py%2Fassets%2Fdocumento%2F0%2FIngresos\\_Poblaci%25C3%25B3n%2520de%252015%2520y%2520m%25C3%25A1s%2520a%25C3%25B1os%2520de%2520edad%2520ocupada%2520asalariada%2C%2520%2520seg%25C3%25BAn%2520tramos\\_py\\_EPH\\_2012%2520-%25202022.xls&wdOrigin=BROWSELINK](https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=https%3A%2F%2Fwww.ine.gov.py%2Fassets%2Fdocumento%2F0%2FIngresos_Poblaci%25C3%25B3n%2520de%252015%2520y%2520m%25C3%25A1s%2520a%25C3%25B1os%2520de%2520edad%2520ocupada%2520asalariada%2C%2520%2520seg%25C3%25BAn%2520tramos_py_EPH_2012%2520-%25202022.xls&wdOrigin=BROWSELINK)>. Acesso em 20 de out. 2023.

**INSTITUTO NACIONAL DE ESTADÍSTICA. Evolución mensual de la tasa de desempleo. Período enero 2006 a último dato disponible. Total país.** 2023. Disponível em: <<http://www7.ine.gub.uy/Dashboard-%20ML-ECH/MercadoLaboral/>>. Acesso em: 22 de out. 2023.

**INSTITUTO SOCIAL DO MERCOSUL. MERCOSUL. 2007.** Disponível em:<

<https://www.mercosur.int/documento/criacao-do-instituto-social-do-mercosul/>>. Acesso em 16 de jul. 2022.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Inflation rate, average consumer prices (Annual percent change)**. 2023a. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Countries/URY>>. Acesso em: 22 de out. 2023.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Real GDP growth (Annual percent change)**. 2023b. Disponível em: <<https://www.imf.org/en/Countries/URY>>. Acesso em: 22 de out. 2023.

LEDO, Gretel. **El saldo de la 48.<sup>a</sup> Cumbre Presidencial del Mercosur**. 2015. Disponível em: <<https://medium.com/politica-internacional/el-saldo-de-la-48-%C2%AA-cumbre-presidencial-del-mercosur-6d5d38dcea45>>. Acesso em 11 de Out. 2023.

LUJÁN, Carlos. **ELECCIONES INTERNAS EN URUGUAY: LA AGENDA DE POLÍTICA INTERNACIONAL DE LOS DOS PRINCIPALES CANDIDATOS A LA PRESIDENCIA DE LA REPÚBLICA**. Madrid: Fundación Carolina, 19 de jul. 2019. 12 p.

LUPION, Bruno. **A trajetória de sete indicadores econômicos sob Bolsonaro**. (2022). Disponível em: <<https://www.dw.com/pt-br/a-trajet%C3%B3ria-de-sete-indicadores-econ%C3%B4micos-sob-bolsonaro/a-63302330>>. Acesso em: 19 de Out. 2023.

LUZURIAGA, Wilson Fernández. **EL PLAN ESTRATÉGICO 2015-2020 DE LA CANCELLERÍA URUGUAYA: UN MODELO PARA EVALUAR RESULTADOS**. Universidade de la República. n° 87, Set. 2016. Disponível em: <<https://www.colibri.udelar.edu.uy/jspui/bitstream/20.500.12008/8420/1/DT%20UM%2087.pdf>>. Acesso em: 18 de dez. 2022.

MALCORRA, S. (2017). **Hay que lograr una política que represente la potencialidad de Argentina**. infobae. Disponível em: <<https://www.infobae.com/2015/12/01/1773640-susana-malcorra-hay-que-lograr-una-politica-que-represente-la-potencialidad-argentina/>>. Acesso em: 9 de out. de 2023.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 59. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTÍNEZ, Madalena. **Com presença de Bolsonaro, Lacalle Pou toma posse e sela o fim de 15 anos de era esquerdista no Uruguai**. 2020. El País. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/internacional/2020-03-02/com-presenca-de-bolsonaro-lacalle-pou-toma-posse-e-sela-o-fim-de-15-anos-de-governos-esquerdistas-no-uruguai.html>>. Acesso em 22 de out. 2023.

MATTLI, Walter. **The Logic of Regional Integration**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999. *E-book*. (pos. 3004).

MAZUI, Guilherm; MATOSO, Filipe; MARTELLO, Alexandro. **Aos 2 anos, governo Temer festeja economia, mas enfrenta impopularidade, denúncias e crise política; lembre**. 2018. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/aos-2-anos-governo-temer->

festeja-economia-mas-enfrenta-impopularidade-denuncias-e-crise-politica-relembre.ghtml>. Acesso em: 19 de out. 2023.

MAZUI, Guilherme. (2019). **Ao lado de Macri, Bolsonaro diz que quer aperfeiçoar Mercosul e fortalecer relação com a Argentina**. G1, Brasília. Disponível em: <<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/01/16/ao-lado-de-macri-bolsonaro-diz-que-quer-aperfeiçoar-mercossul-e-fortalecer-relacao-com-a-argentina.ghtml>>. Acesso em: 28 de Set. 2023.

MENDEZ-PARRA, Max *et al.* **Sustainability Impact Assessment in Support of the Association Agreement Negotiations between the European Union and Mercosur**. Luxembourg: Publications Office of the European Union, 2020. DOI: 10.2781/54752. Disponível em: <<https://www.lse.ac.uk/business/consulting/assets/documents/SIA-in-Support-of-the-Association-Agreement-Negotiations-between-the-EU-and-Mercosur-Final-Report.pdf>>. Acesso em 30 de Set. 2023.

MENDONÇA, H. (2019). **Mercosul e União Europeia selam esperado acordo após 20 anos de negociações**. El País, São Paulo. Disponível em: <[https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/28/economia/1561741745\\_016799.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/06/28/economia/1561741745_016799.html)>. Acesso em 28 de Set. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Conselho reduz em 10% as alíquotas da Tarifa Externa Comum do Mercosul**. 2022. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/assuntos/noticias/2022/julho/conselho-reduz-em-10-as-aliquotas-da-tarifa-externa-comum-do-mercossul#:~:text=Conselho%20reduz%20em%2010%25%20as%20al%C3%ADquotas%20da%20Tarifa%20Externa%20Comum%20do%20Mercosul,-Revis%C3%A3o%20da%20tarifa&text=Durante%20reuni%C3%A3o%20do%20Conselho%20do,exce%C3%A7%C3%B5es%20j%C3%A1%20existentes%20no%20bloco.>>. Acesso em 30 de Set. 2023.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA. **Nova Previdência**. 2019. Disponível em: <<https://www.gov.br/economia/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/principais-acoes-na-area-economica/acoes-2019/nova-previdencia>>. Acesso em: 19 de out. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Declarações do secretário-geral da UNASUL sobre a situação interna no Brasil**. Repertório de Política Externa. 2016b. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/repertorio/index.php/categorias/102-america-do-sul/uniao-das-nacoes-sul-americanas-unasul/222-declaracoes-do-secretario-geral-da-unasul-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>. Acesso em: 10 set. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Manifestações sobre a situação interna no Brasil. Repertório de Política Externa**. 2016c. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/ipri/repertorio/index.php/categorias/105-america-do-sul/venezuela/67-manifestacoes-sobre-a-situacao-interna-no-brasil>. Acesso em: 10 set. 2023.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Declarações do governo de El Salvador sobre a situação interna no Brasil**. gov. 2016a. Disponível em: [https://www.gov.br/mre/pt-br/canais\\_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracoes-do-governo-de-el-salvador-sobre-a-situacao-interna-no-brasil](https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/declaracoes-do-governo-de-el-salvador-sobre-a-situacao-interna-no-brasil). Acesso em: 10 set. 2023.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, COMERCIO INTERNACIONAL Y CULTO. 2019. **Acuerdo de Asociación Estratégica Mercosur-UE**: Resumen informativo elaborado por el Gobierno argentino. Buenos Aires. Disponível em: <[https://www.cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/resumen\\_acuerdo\\_mcs-ue\\_elaborado\\_por\\_gobierno\\_argentino.pdf](https://www.cancilleria.gob.ar/userfiles/ut/resumen_acuerdo_mcs-ue_elaborado_por_gobierno_argentino.pdf)>. Acesso em 9 de Out. 2023.

MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES, PARAGUAY. 2020. **Mercosur: Argentina informó que dejará de participar de las negociaciones externas en curso**. Disponível em: <<https://www.mre.gov.py/index.php/noticias-de-embajadas-y-consulados/argentina-decide-retirarse-de-las-negociaciones-externas-que-emprende-el-mercosur>>. Acesso em: 9 de Out. 2023

MOLINA, Federico Rivas. 2020. **Bolsonaro baixa o tom contra o Mercosul na primeira cúpula virtual de líderes**. Buenos Aires: El País, Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/economia/2020-07-02/bolsonaro-baixa-o-tom-contra-o-mercosul-na-primeira-cupula-virtual-de-lideres.html>>. Acesso em 30 de Set. 2023.

MONTAL, Florencia; VAZQUEZ, Patricio Yamin. **Argentina 2020: The Pandemic, Foreign Debt and the Region's Turn to the Right**. Rev. cienc. polít. (Santiago), Santiago , v. 41, n. 2, p. 187-209, 2021 . Disponível em <[http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0718-090X2021000200187&lng=es&nrm=iso](http://www.scielo.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-090X2021000200187&lng=es&nrm=iso)>. Acesso em 17 out. 2023.

NETO, Tomaz Espósito. **O novo processo de (re)democratização no Paraguai: um balanço do primeiro ano do governo Horácio Cartes**. 2014. Disponível em: <<http://eventos.ufgd.edu.br/enepex/anais/arquivos/392.pdf>>. Acesso em: 20 de out. 2023.

OLIVEIRA, Odete Maria de. **A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul**. Revista Brasileira de Política Internacional, 1998, n.1, p. 5-23. Jun. de 1998.

PARLAMENTO DO MERCOSUL. **Bolívia a pouco de ser membro pleno do MERCOSUL**. 2023. Disponível em: <<https://www.parlamentomercosur.org/innovaportal/v/8270/2/parlasur/bolivia-a-pouco-de-ser-membro-pleno-do-mercosul.html>>. Acesso em: 08 de nov. 2023.

PARLASUL. **Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)**. 2023. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/parlasul/>>. Acesso em: 08 de nov. 2023.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL. (2018). **O caminho da prosperidade. Proposta de Plano de Governo**. Partido Social Liberal. Disponível em: <[https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta\\_PSC.pdf](https://static.cdn.pleno.news/2018/08/Jair-Bolsonaro-proposta_PSC.pdf)>. Acesso em: 26 de Set. 2023.

PIRES, V. D. V.; COSSUL, N. I. **O Futuro do Mercosul: Uma análise conjuntural a partir dos governos de Bolsonaro e Fernández**. Revista InterAção, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 95–110, 2021. DOI: 10.5902/2357797563729. Disponível em: <<https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/63729>>. Acesso em: 9 out. 2023.

PRADO, Luiz Carlos Delorme. **Mercosul como opção estratégica de integração: notas sobre a teoria da integração e estratégias de desenvolvimento**. Ensaios FEE, Porto Alegre,

v. 18, n.1, p.276-299, 1997.

PROTOCOLO DE ADESÃO DA REPÚBLICA BOLIVARIANA DA VENEZUELA AO MERCOSUL. MERCOSUL. (2006). Disponível em: <<https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-adesao-da-republica-bolivariana-da-venezuela-ao-mercosul/>>. Acesso em 16 de jul. 2022.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO E FACILITAÇÃO DE INVESTIMENTOS INTRA-MERCOSUL. MERCOSUL. 2017. Disponível em: <<https://www.mercosur.int/documento/protocolo-de-cooperacao-e-facilitacao-de-investimentos-intra-mercosul/>>. Acesso em 16 de jul. 2022.

PROTOCOLO DE OLIVOS. (2002). Disponível em: <<https://www.mercosur.int/>>. Acesso em 16 de jul. 2022.

PROTOCOLO DE OURO PRETO. (1994). Disponível em: <<https://www.mercosur.int/>>. Acesso em 16 de jul. 2022.

PROTOCOLO DE USHUAIA. (1998). Disponível em: <<https://www.mercosur.int/>>. Acesso em 16 de jul. 2022.

RIGGIROZZI, Pia. **Region, Regionness and Regionalism in Latin America: Towards a New Synthesis**. *New Political Economy*, v. 17, n. 4, p. 421-443, set. 2012. DOI: 10.1080/13563467.2011.603827. Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/232835482\\_Region\\_Regionness\\_and\\_Regionalism\\_in\\_Latin\\_America\\_Towards\\_a\\_New\\_Synthesis](https://www.researchgate.net/publication/232835482_Region_Regionness_and_Regionalism_in_Latin_America_Towards_a_New_Synthesis)>. Acesso em 30 de Set. 2023.

RIVAS MOLINA, Federico; GORTÁZAR GALARRAGA, Naiara. **Celebração de 30 anos de Mercosul vira troca de farpas e pedidos de flexibilização que isolam Argentina | Atualidade | EL PAÍS Brasil (elpais.com)**. El país. Buenos Aires/São Paulo. 26 mar. 2021. Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/brasil/2021-03-26/celebracao-de-30-anos-de-mercosul-vira-troca-de-farpas-e-pedidos-de-flexibilizacao-que-isolam-argentina.html>>. Acesso em 19 de fev. 2022.

RUSSO, S. (2022). En busca del dinamismo pragmático: la política exterior de Alberto Fernández (2019-2022). In: **20 años no es nada: autonomía y globalismo en la política exterior argentina (2002-2022)**. Una contribución desde los informes del CeRPI. p. 99-117. Facultad de Ciencias Jurídicas y Sociales. ISBN: 978-950-34-2177-2. Disponível em: <[http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/145050/Documento\\_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y](http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/145050/Documento_completo.pdf?sequence=1&isAllowed=y)>. Acesso em: 9 out. 2023

SALGADO, Vitória Totti; BRESSAN, Regiane Nitsch. **O Acordo De Associação Mercosul-União Europeia e a Política Externa Brasileira | The EU-Mercosur Association Agreement and Brazilian Foreign Policy**. *Revista Neiba, Cadernos Argentina Brasil, [S. l.]*, v. 9, n. 1, p. 1-22, 2020. DOI: 10.12957/neiba.2020.50950. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/neiba/article/view/50950>. Acesso em: 30 set. 2023.

SANTOS, Leandro Wolpert dos; LEÃO, André Pimentel Ferreira; ROSA, Jonathan Raphael Vieira da. **Explaining the Changes in Brazilian Foreign Policy towards South America under Michel Temer's Administration (2016-2018): The Return to the Logic of Open**

Regionalism. *Contexto Internacional*, v. 43, n. 3, p. 629-653, set./dez. 2021. DOI: <http://doi.org/10.1590/S0102-8529.2019430300003>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/7gnzcsdC6C3mcs3376N4Wz/#>. Acesso em 30 de Set. 2023.

SAPIENTIA. **Dicionário de sociologia para o CACD: Regionalismo Aberto, Regionalismo Pós-liberal e Regionalismo do séc XXI.** (2021). Disponível em: <https://www.cursosapientia.com.br/conteudo/noticias/dicionario-de-sociologia-para-o-cacd-regionalismo-aberto-regionalismo-pos-liberal-e-regionalismo-do-sec-xxi>. Acesso em: 15 de jul. 2022.

SCHRAFF, Dominik. **“Political Trust During the COVID-19 Pandemic: Rally Around the Flag or Lockdown Effects?”** *European Journal of Political Research*. 2020. Online First. Disponível em: <https://ejpr.onlinelibrary.wiley.com/doi/epdf/10.1111/1475-6765.12425>. Acesso em 23 de out. 2023.

SEITENFUS, Ricardo. **Considerações sobre o Mercosul.** *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 16, n. 16, p. 117-131, set./dez., 1992.

SERRA, José. **Discurso de Posse como Ministro de Estado das Relações Exteriores.** 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/funag/pt-br/chdd/historia-diplomatica/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/jose-serra-chirico-discurso-de-posse>. Acesso em 30 de Set. 2023.

SILVA, Álvaro V. C. **A política externa do governo Michel Temer (2016-2018): mudanças para a legitimidade? Um teste da teoria de Charles Hermann.** *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 10, n. 49, p. 23–41, 2019. DOI: 10.22456/2178-8839.86954. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/86954>. Acesso em: 30 set. 2023.

SILVA, André Luiz Reis da. **De Dilma a Bolsonaro: as transformações matriciais na política externa brasileira.** *Interacción Sino-Iberoamericana / Sino-Iberoamerican Interaction*, vol. 2, no. 1, 2022, pp. 1-26. DOI: 10.1515/sai-2022-0007. Disponível em: <https://www.degruyter.com/document/doi/10.1515/sai-2022-0007/html>. Acesso em: 30 set. 2023.

SILVEIRA, Daniel; GAZZONI, Marina. **PIB brasileiro cresce 1,0% em 2017, após 2 anos de retração.** 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/governo-temer-e-aprovado-por-5-e-reprovado-por-72-diz-ibope.ghtml>. Acesso em: 19 de out. 2023.

SIMONOFF, A. **Giros en las estrategias de inserción argentina a partir de la presidencia de Mauricio Macri.** *Conjuntura Austral*, [S. l.], v. 7, n. 37, p. 40–51, 2016. DOI: 10.22456/2178-8839.67694. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/67694>. Acesso em: 9 out. 2023.

THE AMERICAN ACADEMY IN BERLIN. J. P. MORGAN FELLOW – CLASS OF FALL 2003. (c2022). Disponível em: <https://www.americanacademy.de/person/walter-mattli/>. Acesso em: 07 de jul. 2022

UNIVERSIDAD TORCUATO DI TELLA. **Índice de Confianza en el Gobierno.** 2021. Disponível em: <https://www.utdt.edu/icg>. Acesso em 23 de out. 2023

**VEJA. Acusado de corrupção, presidente paraguaio escapa de impeachment.** 2021.  
Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/mundo/acusado-de-corrupcao-presidente-paraguaio-escapa-de-impeachment/>>. Acesso em 21 de out. 2023

VISENTINI, Paulo G. Fagundes. **O Brasil, o Mercosul e a Integração da América do Sul.** *Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas*. Brasília, DF, v. 1, n.1, Ago-Dez. 2007.